

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2007.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E CINCO** -----

----- No dia 06 de Fevereiro de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Alexandre Ribeiro Valente, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel

Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, João Maria Martins Baioneto, Rui Jorge Lopes Ferreira, Tiago Filipe Silva Mendes Morais Alves, José Luís Borges da Silva, Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Ana Patrícia Lamy, Rui Manuel Santos Matos Alves e Sílvia Alexandra Fragoso Fernandes Mota Lopes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Maria Alexandra Dias Figueira. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado da Silva Preto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Helena Ribeiro. -----

----- José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Lamy. -----

----- Sílvia Cristóvão Claro (BE), por 90 dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Duarte Mata. -----

----- O Deputado Municipal José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa (PSD), justificou a sua falta relativa ao dia 19 de Dezembro. -----

----- A Deputada Municipal Ana Isabel Drago Lobato (BE) interrompeu a suspensão de 90 dias do seu mandato, solicitada em 12 de Dezembro de 2006, conforme consta da acta nº 23. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- José Joaquim Vieira Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Rui José Silva Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Rui Ferreira. -----

----- Filipe António Osório de Almeida Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -----

----- Luís Filipe Graça Gonçalves (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, por Tiago Alves. -----

----- Ermelinda Lopes da Rocha Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Alves. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente** declarou aberto o período da Ordem do Dia da presente sessão extraordinária, que tinha como ponto único da Ordem de Trabalhos: Reflexão e Debate do Actual Momento Político do Município. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto Único – Reflexão e Debate do Actual Momento Político do Município** -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Reunimos hoje, com carácter extraordinário, esta Assembleia Municipal para reflectir e debater o actual momento político do Município. -----

----- Este é um momento delicado, que o PSD reconhece, mas para o qual tem solução. -

----- E este é, seguramente, um tema nobre e importante, e no qual o PSD não quer, nem aceita, ser tido, e muito menos mantido, à parte, considerando que é a maior força política autárquica em Lisboa. -----

----- Infelizmente, os subscritores iniciais do requerimento – PS, PCP, BE e PEV – não quiseram fazer, desta iniciativa, um momento verdadeiramente congregador e aglutinador de vontades a favor da nossa cidade. -----

----- Quiseram, sim, fazer uma Assembleia Extraordinária contra a CML e contra o PSD, transformando-a num momento de mero espectáculo político, sem conteúdo ou substância, procurando cavalgar a situação criada pelas investigações em curso, investigações essas, é sempre bom recordar, pedidas pelo próprio Executivo Municipal. -----

----- Na Conferência de Representantes de 26 de Janeiro reagimos ao facto de a oposição ter, conscientemente, excluído o PSD do consenso no pedido de marcação desta Assembleia. -----

----- Demos, aí, a possibilidade de essa exclusão ser corrigida, abrindo espaço a que nos convidassem a subscrever o pedido. -----

----- Como resposta tivemos nada! -----

----- Por isso, aqui e agora, exigimos da oposição uma resposta, clara e credível, para esta tentativa de afastar o PSD desta reflexão e deste debate. -----

----- Esta é uma questão prévia, que tem e deve ser esclarecida agora. -----

----- Em política não há atitudes ou omissões inocentes, em política o que parece é. -----

----- Perante esta situação de facto, o PSD tinha de demonstrar que quer, como sempre quis, discutir e reflectir sobre Lisboa, e que o faz em total pé de igualdade com as outras forças políticas. -----

----- E o PSD quer afirmar que não há soluções para Lisboa feitas às suas escondidas ou à sua revelia! -----

----- É, assim, muito curioso ver como o PS vem falar, hoje, de eleições intercalares, também para a AML. -----

----- O PS esquece a separação de poderes, que também existe nas autarquias locais. -----

----- O PS esquece que a AML tem, por inerência, os 53 presidentes de junta de freguesia da cidade. -----

----- Seria interessante saber o que diriam aos seus fregueses os Presidentes de juntas de freguesia do PS numa situação dessas! -----

----- Subscrevemos, por isso, e com total autonomia, o pedido de convocação desta Assembleia e cá estamos, como sempre e desde a primeira hora, a dar a cara. -----

----- A dar a cara pelo nosso projecto para Lisboa. -----

----- A dar a cara pelo projecto que os lisboetas, com maiorias muito expressivas nos órgãos autárquicos, nos mandataram para desenvolver durante todo este mandato, votando no PSD em Outubro de 2005. -----

----- E não venha a oposição falar em sondagens. -----

----- Primeiro porque o PSD não governa em função delas, mas sim em função do cumprimento do seu programa eleitoral. -----

----- Depois porque ainda que o fizesse, a maioria das sondagens mostra que os lisboetas não querem eleições agora. -----

----- Explicadas as razões e fundamentos da nossa posição perante o requerimento, analisaremos, no período da ordem do dia, a sua substância. -----

----- Iremos, na discussão, desmontar a estratégia da oposição, que quer tentar ganhar na secretaria aquilo que perdeu, leal e democraticamente, com o voto dos lisboetas. -----

----- Iremos demonstrar que se mantêm as condições políticas objectivas para que a Câmara Municipal de Lisboa continue a cumprir o seu mandato, a desenvolver o seu projecto, sendo por ele julgada no momento certo, que é 2009, e não antes. -----

----- Iremos demonstrar que a Câmara está activa e bem activa, nestes 15 meses de mandato, com obra para mostrar sem complexos de qualquer espécie, muito menos de comparação com a gestão PS/PCP de 12 anos. -----

----- Iremos demonstrar a falta de credibilidade da oposição para ser alternativa ao actual Executivo Municipal. -----

----- Iremos lembrar, para memória futura, alguns actos de gestão da maioria PS/PCP que entre 1989 e 2001 governou Lisboa com maiorias absolutas sucessivas, e que então denunciámos. -----

----- Iremos denunciar aqueles que, na Vereação, têm por política do dia-a-dia alimentar o fogo da suspeição permanente sobre toda a actividade autárquica em Lisboa, inquinando irreversivelmente a vida pública e o bom nome daqueles que a ela se dedicam. -----

----- Mas iremos, principalmente, demonstrar aos lisboetas que podem continuar a confiar no PSD e no trabalho dos seus autarcas.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente -----

----- Os recentes acontecimentos que minaram a credibilidade do executivo municipal levaram o Partido Socialista a solicitar, através de requerimento dirigido a V. Exa., a realização desta Assembleia extraordinária para aqui debatermos a crise instalada. Na realidade, sendo a Assembleia Municipal o parlamento da cidade, o órgão fiscalizador da actividade do executivo, mal seria se esta reunião não tivesse tido lugar. Naturalmente registamos a prontidão com que V. Exa. e o PSD, que aqui tem maioria, anuíram a este pedido. -----

----- Senhora Presidente -----

----- Desde a realização do debate de Outubro passado sobre o Estado da Cidade que temos vindo a chamar a atenção para o facto de Lisboa, a cidade de Lisboa, estar completamente à deriva. Infelizmente, com esta crise de confiança nas instituições instalada, essa evidência é agora unanimemente reconhecida por todos os observadores, incluindo os mais insuspeitos para o PSD -----

----- Lisboa está sem rumo, está sem estratégia, sem liderança política, e o seu primeiro responsável governativo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal sem autoridade política. -----

----- Os Lisboaetas não conhecem o rumo que se quer dar à cidade, têm consciência que a sua Câmara Municipal esta confrontada com uma profunda crise financeira, atravessando mesmo períodos de falta de liquidez para assumir compromissos de funcionamento e a dívida a terceiros sem empréstimos, e a fornecedores, atingia já em 2005, cerca de 900 milhões de euros. -----

----- A acrescentar a esta situação instalou-se agora um clima de suspeição generalizada face às decisões do município com a consequente perda de credibilidade dos seus responsáveis. -----

----- Para o Partido Socialista há, nitidamente, dois grandes responsáveis pelo actual estado de crise: -----

----- O PSD - desbaratou este primeiro ano em lutas internas, algumas contra o seu próprio Presidente de Câmara e que, pela interferência original do seu Presidente de Partido, Dr. Marques Mendes, na escolha de um administrador para uma empresa municipal, levou à própria queda da coligação com o CDS/PP, coligação essa, que constituía o factor de estabilidade do executivo. -----

----- O outro grande responsável é, naturalmente, o Sr. Presidente da Câmara que, ao abdicar de exercer a sua autoridade e liderança política permitiu, que se instalasse na autarquia um clima de desresponsabilização e confusão. -----

----- Senhor Presidente da Câmara -----

----- O PS não fará juízos de valor sobre os inquéritos e investigações judiciais em curso. Aguarda com expectativa e serenidade as conclusões dos mesmos. -----

----- Como V. Ex^a. disse, algumas das investigações são também a pedido da própria autarquia. A transparência das decisões assim o exigia, e por isso na reunião que V. Exa. teve com os líderes dos vereadores, conferimos-lhe o mandato para manifestar ao Sr. Procurador-Geral o interesse numa rápida conclusão dos mesmos. A bem da cidade. -----

----- Muito menos faremos qualquer juízo de valor pessoal sobre o facto de a Sra. Vereadora do Urbanismo ter sido constituída arguida. Tal facto, por si só, não a pode condenar num estado de direito e até saudamos, a prontidão, com que a Sra. Vereadora solicitou a suspensão do seu mandato até à conclusão das investigações. -----

----- A Sra. Vereadora Gabriela Seara soube interpretar correctamente que existe um juízo político das circunstâncias e, se optasse por continuar, agravaria ainda mais a confiança da cidade no executivo. -----

----- Mas toda esta situação colocou em cheque o prestígio da autarquia e a credibilidade dos seus dirigentes. Nunca como agora os lisboetas encararam com tanta

desconfiança, e até hostilidade, as decisões do executivo a que V. Ex^a., Sr. Presidente da Câmara preside. -----

----- O Partido Socialista sempre entendeu que é preciso respeitar o voto das pessoas, sempre entendeu que os mandatos devem ser cumpridos até ao fim. Não mudou de opinião. -----

----- Contudo, reconhecemos que a cidade e a Câmara estão confrontados perante uma situação extraordinária, em que, a confiança foi quebrada e, em que, os próprios pilares da sua candidatura foram atingidos: -----

----- Por isso entendemos que, compete ao Senhor Presidente da Câmara e ao PSD, informarem a cidade e esta Assembleia se estão, ou não estão, em condições de continuar. -----

----- É uma resposta difícil, mas que, face à paralisia da autarquia tem de ser dada com celeridade. Só o Sr. Presidente da Câmara, e o Partido que o apoia, é que, com sinceridade, o podem fazer: estão, ou não estão, em condições para levar até ao fim o vosso mandato? -----

----- Mas a deriva é tão grande que não é suficiente uma mera declaração de intenções: o PSD e V. Ex^a, têm de nos dizer, têm de dar garantias a Lisboa, de uma solução de estabilidade. Este casa e descasa permanente com o CDS/PP não pode continuar. -----

----- Como disseram alguns comentaristas de grande notoriedade e curiosamente do PSD, Lisboa está sem estratégia. Também chegou o momento de dizer aos lisboetas qual é o projecto de cidade que propõem. Sabemos que os recursos são escassos, que a dívida que geraram é monstruosa, pelo que têm de definir prioridades. Já há pouco tempo para o fazerem. -----

----- Senhora Presidente, -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Não é bom para a maioria interpretar erradamente esta oportunidade que o PS dá ao executivo. -----

----- Se for necessário partirmos para eleições, venham elas. -----

----- Estamos preparados para as enfrentar, sem qualquer tipo de receio ou calculismo. Em democracia, não há becos sem saída, as eleições são sempre o recurso decisivo. -----

----- O PS, tem um projecto para Lisboa naturalmente diferente do vosso. O PS é um partido com uma rede de autarcas e militantes, sempre disponíveis para assumir responsabilidades e as mobilizações necessárias em defesa da cidade. -----

----- O PS deseja que o Sr. Presidente e o PSD, possam conseguir ultrapassar este mau momento e por isso, hoje aqui, lançou-vos um desafio cuja oportunidade devem aproveitar: informar sobre o vosso próprio entendimento das condições políticas de continuidade, apresentar uma solução estável e as prioridades para o resto do mandato. -

----- Já não têm muito mais tempo. A cidade não aguenta por muito mais a actual situação. -----

----- Se não estiverem à altura das vossas responsabilidades, nós, Partido Socialista, estaremos. -----

----- Não tememos eleições e estamos preparados para as enfrentar.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “O Grupo Municipal do PCP subscreveu a proposta de realização da reunião extraordinária da Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo e fiscalizador possa pronunciar-se sobre a actual situação política na Câmara Municipal. -----
----- Há questões essenciais que queremos salientar: -----
----- A falência completa do modelo de especulação e de altos negócios de Santana Lopes e de Carmona Rodrigues, imposto à cidade, desde 2001, que configura cada vez mais uma gestão danosa e destruidora de Lisboa; -----
----- As responsabilidades principais do PSD enquanto partido com maioria relativa na Câmara e maioria absoluta na Assembleia Municipal; -----
----- As responsabilidades das forças políticas que deram cobertura à revisão simplificada do PDM – PSD, CDS-PP e PS – que permitiu situações lesivas do município; e de quem votou favoravelmente a permuta dos terrenos da Feira Popular e do Parque Mayer – na Câmara, o PSD, o PS e o CDS-PP, e na Assembleia Municipal, o PSD, o PS, o CDS-PP e o BE. O PCP e os Verdes foram vencidos por estas forças políticas, desde logo na Comissão de Acompanhamento do Parque Mayer, na apreciação do parecer sobre a proposta nº36/2005. -----
----- O PCP votou contra a revisão simplificada do PDM e contra a permuta, na Câmara, na Comissão de Acompanhamento do Parque Mayer a que presidia e na Assembleia Municipal. -----
----- Votámos contra, como combatemos sempre, sem hesitações, os negócios do Vale de Santo António, de Alcântara XXI, Boavista, Infante Santo, o loteamento de Marvila, o acordo com o Benfica, o Projecto para a Artilharia Um e outros, também negativos. --
----- E não só. Desde Dezembro de 2003, apresentámos sucessivamente no Ministério Público, nos Tribunais, na IGAT e na Polícia Judiciária vários processos de investigação e de intervenção de quem de direito, em especial na permuta do Parque Mayer – Feira Popular, na hasta pública dos terrenos de Entrecampos, nos negócios de Alcântara XXI, Vale de Santo António e Boavista. -----
----- As investigações principiam a produzir efeitos. Pelo menos três responsáveis da Câmara nos últimos mandatos foram constituídos arguidos e outros responsáveis poderão seguir-se. -----
----- Desejamos apenas que se cumpram as leis do país e que os dez processos-crime já em investigação e outros que eventualmente venham a ser levantados, sigam os seus caminhos com brevidade e profundidade e com toda a justiça que pedimos e que Lisboa merece. -----
----- Em relação ao processo da hasta pública, não foram respeitados os direitos legais de preferência, que prevalecem sobre um qualquer direito convencional de preferência.-
----- É importante realçar que a hasta pública tem dois vícios: -----
----- Inexistência do Direito de Preferência; -----
----- Impossibilidade do júri admitir a desistência de propostas já realizadas (de maior valor); -----

----- O Regulamento do Património deste Município, da Câmara Municipal, na sua secção II “*Alienação de terrenos*”, estipula, na matéria a observar antes da praça, que: -

----- As alienações serão precedidas de editais publicados pelo menos 20 dias antes, no Diário Municipal e em jornais de grande circulação e no átrio dos Paços do Concelho. -

----- Será tornado público, em relação a cada praça, respeitando os 20 dias já citados, entre outros, o ponto seguinte: Ponto 4, a notificação das pessoas a quem, nos termos dos artigos 56º e 58º do Regulamento de Expropriações, aprovado pelo Dec-Lei 43587 de 08/04/1961, seja conferido o direito de preferência, será feita pelo Departamento de Património, de harmonia com as disposições aplicáveis do Código do Processo Civil. --

----- Ora, a primeira acta da Comissão da Hasta Pública, onde abusivamente é concedido o direito de preferência à Bragaparques, sem ter havido qualquer deliberação ou proposta da Câmara Municipal e, muito menos, da Assembleia Municipal, tem a data de 4 de Julho de 2005. A hasta pública decorre em 15 de Julho de 2005, apenas 11 dias depois e, portanto, nem sequer o prazo mínimo de 20 dias foi respeitado, para informar de um direito não assumido legalmente pelo município. Até nisto houve incompetência e má-fé. -----

----- Quem ama de facto Lisboa não pode estar contente com tantos acontecimentos negativos e prejudiciais para a cidade e para o país. É do prestígio e do futuro de Lisboa e do bem-estar das populações que falamos, que defendemos e que privilegiamos. É na estabilidade da Câmara e dos trabalhadores do Município que pensamos, dirigindo uma saudação de apreço e confiança àqueles que ambicionam ter a paz e as condições de trabalho que necessitam e merecem. -----

----- A situação financeira da Câmara Municipal já é, por si só, um desastre brutal na vida da cidade, com efeitos dramáticos nos próximos anos de mandato. -----

----- O descabro é grande nas finanças, nas permutas, vendas de património e outros negócios, na saúde, nos transportes, na limpeza e higiene urbanas, em todas as áreas da vida na cidade. -----

----- A situação de paralisia e desnorte tem consequências negativas nos serviços da Câmara e tem graves reflexos na acção das próprias Juntas de Freguesia. -----

----- A responsabilidade é política, do PSD, e é pessoal também, dos eleitos. Não há uma só obra que possa servir de bandeira a esta maioria e as Sociedades de Reabilitação Urbana são um caos que só esperam o golpe de misericórdia que merecem. -----

----- A cidade exige a mudança de política. Até 2009, ou antes, acabará por crescer e afirmar-se o projecto alternativo que o PCP propõe, que defende e que desenvolve, onde é poder em Lisboa. Um projecto que impulsionámos em anteriores mandatos e que desenvolvemos diariamente com as populações e os trabalhadores dos bairros e das freguesias, na participação democrática que esta Câmara e o PSD sempre desprezaram. -----

----- Na caminhada do PSD para o barranco de cegos, vai à frente Marques Mendes, sempre a dizer a Carmona Rodrigues: “Não vacile, não vacile”. -----

----- Esta sessão terá, entre outras, a qualidade de demonstrar até onde o PSD quer ir. À beira do abismo, terá a responsabilidade de manter e de agravar esta situação, ou de demonstrar capacidade regeneradora e legal que qualquer força política tem condições de assumir em democracia. -----

----- Exactamente porque o PSD tem a maioria absoluta neste órgão é que é importante e decisivo fazer esta discussão na Assembleia Municipal. Aguardamos posições responsáveis e dignas. A cidade não pode deixar-se ir para o abismo com o PSD. Se o PSD quiser continuar assim, que vá sozinho e que assuma de vez as suas responsabilidades. -----

----- Mas não há milagres nem coragem quando não há competência nem amor à cidade. E, por isso, Carmona Rodrigues e o PSD vão perder as batalhas que se seguem, se continuarem na fuga para a frente que se adivinha. -----

----- Noutras intervenções de deputados do PCP, iremos aprofundar o que fizemos e o que queremos propor à cidade, com os lisboetas e para os lisboetas. Para os que vivem e trabalham em Lisboa e se querem ver livres, quanto antes, desta morte em pé e deste sobressalto, à beira do crime de lesa-cidade e da ausência completa do que é essencial em democracia.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quando, há mais de 15 dias, o Bloco de Esquerda solicitou à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa uma reunião de urgência dos líderes do parlamento da cidade e quando, alguns dias depois, assinou em conjunto com o PS, PCP e PEV, o pedido de uma reunião extraordinária desta Assembleia, fê-lo com a responsabilidade de quem entende que o Parlamento da cidade não pode deixar de debater e procurar soluções para a saída da crise política que o Executivo Camarário atravessa. -----

----- Esta Assembleia Municipal é um órgão eminentemente político e não de investigação judicial, pelo que não nos cabe discutir ou debater as investigações em curso pelo poder judicial, mas sim, saber que elas existem, saber que estão a ter consequências concretas, saber que prosseguem e que, como é do domínio público, provocaram demissões, arguidos e até a suspensão de mandato de uma vereadora. -----

----- De facto, não estamos apenas perante um mero e simples processo judicial que deverá decorrer com toda a normalidade e, esperamos, com celeridade. -----

----- Esta Assembleia não pode fazer de conta que não sabe que estão em causa: -----

----- O negócio e permuta do Parque Mayer; -----

----- O pagamento ao Benfica de obras de consultadoria e ramais de acesso por ordem do Presidente da CML, violando uma decisão desta Assembleia; -----

----- O relatório do Provedor de Justiça que coloca em causa a acção da Câmara no caso da Infante Santo; -----

----- O processo do Vale de Santo António que indicia favorecimento de interesses privados; -----

----- A auto atribuição de prémios aos administradores da EPUL que a maioria procurou justificar; -----

----- A ocultação de uma avaliação dos terrenos do Parque Mayer que não consta do respectivo processo nesta Assembleia Municipal, nem consta no processo que a CML mandou para o Tribunal; -----

----- As comissões pagas sem justificação por uma subsidiária da EPUL a intermediários privados; -----

----- E podíamos continuar... -----
----- Não há registo de uma operação com a dimensão da desencadeada pela Polícia Judiciária na Câmara de Lisboa, com 50 inspectores e seis magistrados, alguma vez ter acontecido na história autárquica deste país. -----
----- A realidade é hoje inegável: -----
----- A Câmara Municipal de Lisboa atravessa a maior crise política de que há memória no Município. -----
----- E é isto que temos de discutir. -----
----- Estamos perante uma maioria no Executivo Camarário em completa crise. Sem sentido de orientação, sem estratégia, autista quanto à grave realidade que entra pelos olhos a dentro de todos os lisboetas, dando a tudo isto uma resposta de extraordinária irresponsabilidade política: “Não se passa nada”. -----
----- Mas a Câmara está paralisada e em estado de choque. -----
----- Esta crise tem duas características principais: a perda de autoridade política e o fim da credibilidade do Executivo. -----
----- Todos os dias emergem novos factos e todos aqui, sem excepção, estão na expectativa do que mais acontecerá amanhã ou num qualquer destes dias. -----
----- Cada dia que passa, o prestígio da CML está mais abalado e está mais degradado. Até quando? -----
----- Lisboa vive pendurada, vive suspensa do que mais estará para vir. -----
----- Esta é a realidade. -----
----- Esta é a crise. -----
----- Esta é a Lisboa paralisada. -----
----- Esta é a Lisboa adiada. -----
----- O problema mais grave é que tudo isto se passa com uma Câmara gravemente endividada, em mais de mil milhões de euros, e que não consegue cumprir nenhuma das promessas essenciais com que a maioria se apresentou ao eleitorado. -----
----- Este é o pano de fundo da crise paralisante que afecta a Câmara. -----
----- A dívida a curto prazo a fornecedores, de mais de duzentos milhões de euros, não pode ser varrida para debaixo do tapete. -----
----- A paralisia, a crise e a falta de credibilidade só podem, com a maior ponderação possível, fazer crer que o problema financeiro se avolumará e piorará nos próximos tempos. -----
----- Os lisboetas já têm a percepção que esta maioria perdeu o elan necessário à superação da crise. -----
----- E o mais grave de tudo é que não estamos a poucos meses de eleições, que permitiriam ouvir os cidadãos, onde reside a verdadeira legitimidade democrática, e assim encontrar alternativas a esta situação. -----
----- Com esta crise de poder, -----
----- Com esta crise de credibilidade, -----
----- Com esta paralisia do Município, como estará a CML daqui a dois anos e meio? ---
----- Estes são os factos indesmentíveis. -----
----- E que ouvimos o Senhor Presidente da Câmara dizer perante tudo isto? -----

----- Retirei um recorte do semanário Expresso, onde o Senhor Presidente da Câmara aponta, em pose, para o quadro que Júlio Pomar ofereceu ao município chamado “Resistência” e onde afirma, e transcrevo: “O nome do quadro [Resistência] é bem a realidade da minha atitude na Câmara.” -----

----- Resistência, Senhor Presidente? -----

----- Resistência a quê, Senhor Presidente? -----

----- Não parece aos lisboetas que seja resistência ao poder do betão, resistência à especulação imobiliária. -----

----- Também não será resistência às trapalhadas processuais, nem resistência aos que impedem o esclarecimento dos processos, as respostas às várias solicitações desta Assembleia Municipal e dos vereadores da oposição. -----

----- Senhor Presidente, a sua atitude nesta crise, afirmando que não se passa nada, que está tudo bem, é de uma irresponsabilidade monumental e só nos pode fazer pensar que tudo vai continuar na mesma, ou seja, tudo vai caminhar para pior. -----

----- Não encontramos um único acto, uma única vontade de uma atitude activa contra a corrupção e colocando como primeiro ponto da política deste município “Por uma gestão de transparência”. -----

----- Senhor Presidente, a sua atitude de constante fuga em frente, dizendo apenas que não se passa nada, só pode querer dizer que o Senhor Presidente resiste a assumir e a ver a real crise política do município. -----

----- O Senhor Presidente resiste a corrigir os caminhos trilhados e a abrir nova esperança para novos caminhos transparentes e de futuro para a cidade. -----

----- O Senhor Presidente resiste, dia a dia, a abrir a porta a uma solução política para a crise. -----

----- O Senhor Presidente resiste, dia a dia, a abrir a porta à credibilização do governo da cidade. -----

----- O Senhor Presidente quer resistir a, perante esta crise, voltar à fonte do poder democrático que é a voz e o voto dos lisboetas. Resiste à solução de eleições intercalares. -----

----- Até quando, Senhor Presidente, vai resistir e deixar a CML afundar-se nesta crise? -----

----- Senhores deputados, não podemos fazer de conta que não se passa nada. -----

----- Urge pôr fim a esta instabilidade governativa da cidade de Lisboa. -----

----- Urge pôr fim a esta crise da maioria do Executivo Camarário. -----

----- Desejamos que este debate de hoje faça ouvir quem está surdo. -----

----- Desejamos que este debate de hoje faça ver quem está cego. -----

----- Não está em causa a legitimidade eleitoral da maioria, que o PSD tem na CML e na AML, conferida pelos eleitores. -----

----- Estão efectivamente em causa as condições políticas para a continuidade de uma maioria que pura e simplesmente está em crise profunda e que paralizou por completo a cidade. -----

----- Senhores deputados, exactamente porque o PSD tem essa legitimidade eleitoral, cabe ao PSD, de acordo com a lei, a responsabilidade de, ou prosseguir o caminho de que não se passa nada, ou de abrir as portas à solução para a grave crise, à falta de

credibilidade do Executivo e ao enfraquecimento diário da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Senhores Deputados do PSD, exactamente por que têm essa legitimidade legal, têm também, nas vossas mãos, a responsabilidade de abrir o caminho a uma rápida solução, quanto mais cedo melhor. -----

----- Que contributos estão os deputados do PSD dispostos a dar para que esta crise seja ultrapassada, com responsabilidade ética e política? -----

----- Ao Bloco de Esquerda cabe dizer com clareza: os lisboetas não podem mais continuar a sofrer as consequências da crise, da paralisia e do pântano. -----

----- Em democracia, perante tão grave instabilidade, a única saída é devolver a palavra aos cidadãos. -----

----- Lisboa não pode ser uma cidade adiada e, portanto, a cada dia que passa piorada.” -

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS/PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dos factos vindos a público nas últimas semanas, advêm consequências para a governabilidade da Cidade, as quais o CDS/PP de Lisboa encara com enorme preocupação. -----

----- Não cabe aos partidos fazer processos de intenções e muito menos substituir-se às entidades competentes na investigação e acção penal, considerando mesmo fundamental não interferir por qualquer forma no decurso normal dos processos. -----

----- Há, no entanto, consequências políticas que, essas sim, exigem do CDS/PP uma posição. -----

----- Essa posição foi consubstanciada na concordância com a convocatória desta Assembleia e com a plena aceitação da sua adequação face aos graves problemas que afectam a governação da Cidade. -----

----- O CDS/PP contribuiu no passado, responsabilmente, para a governabilidade da Câmara, tendo sido o Prof. Carmona Rodrigues e o PSD que decidiram romper e pôr fim a esse entendimento e tendo com tal decisão prejudicado a capacidade do Executivo Camarário levar a cabo políticas essenciais à melhoria da qualidade de vida dos que moram e ou trabalham em Lisboa. -----

----- Voltou a tentar contribuir para a governabilidade da Cidade com as propostas que na Câmara Municipal de Lisboa permitiram viabilizar o Orçamento e que diziam respeito à criação de instrumentos adequados para a sua elaboração e o seu controlo. Infelizmente, essas propostas, devidamente calendarizadas, começam já a apresentar sinais de incumprimento. O primeiro prazo já terminou e a proposta que nessa altura tinha sido devidamente assumida como um compromisso da Câmara Municipal não foi cumprida. Mais duas dessas propostas estão a vencer-se no final de Março. Vamos ver se não seguem o mesmo caminho. -----

----- Voltou mais tarde a tentar contribuir para a governabilidade da Câmara, quando, logo na sequência desta crise, propôs aquilo que se pode considerar como um programa de governação da Cidade, um programa de consenso entre todas as forças políticas. Foi recusado. É verdade que não só pelo Executivo Camarário, mas foi recusado. -----

----- Face à evidente e sem fim à vista paralisia da governação da Cidade, o PSD e o Prof. Carmona Rodrigues têm a responsabilidade de explicar como pretendem resolver esta crise de forma a não comprometer definitivamente este mandato. -----

----- É fundamental restabelecer a confiança e a credibilidade na governação da Cidade, pelo que aguardamos pela clarificação das condições necessárias ao restabelecimento da estabilidade política. -----

----- Quase duas semanas após os factos que contribuíram para o agravamento da crise, os sinais do Senhor Presidente da Câmara e dos restantes membros do Executivo não indicam um caminho seguro para a recuperação da governabilidade. Pelo contrário, o adiamento de reuniões de Câmara, a afirmação pelo Senhor Presidente de que estaria a considerar o não cumprimento de algumas promessas eleitorais, que não quis ou não soube nomear, trocando-as por outras que não teve o cuidado de anunciar, são dados que apontam no sentido de alguma desorientação. -----

----- Assim, o CDS/PP espera que o Executivo, na pessoa do Prof. Carmona Rodrigues, seu Presidente, num prazo compatível com a urgência da situação, que não pode ser de meses mas sim de dias e poucos, demonstre inequivocamente estarem habilitados a prosseguir o mandato que o povo lhes deu. -----

----- Mais espera que não conseguindo o nível de empenhamento e eficácia que o povo de Lisboa exige e merece, saibam reconhecer as virtudes da democracia, entregando aos seus instrumentos a resolução desta grave crise. -----

----- Este é o objectivo que o CDS/PP pretende ser possível alcançar nesta Assembleia, aguardando que a discussão que se seguirá possa iluminar o caminho da governabilidade da Cidade. -----

----- Espero sinceramente que a sua intervenção, Senhor Presidente, nos tranquilize, pois isso significa tranquilizar o povo de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Considerando o actual momento político autárquico da Cidade de Lisboa. -----

----- Reconhecendo-se que os recentes desenvolvimentos na Câmara de Lisboa propiciam uma imagem problemática da actual gestão autárquica, por vezes casuística e com consequências pouco claras para um desenvolvimento equilibrado e sustentado. ---

----- Competindo à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara. -----

----- Conscientes da preocupação que constitui para os cidadãos em geral e para os eleitos que os representam. -----

----- Os agrupamentos municipais do PS, PCP, BE e PEV decidiram requerer à Senhora Presidente da Assembleia Municipal a convocação urgente de uma sessão extraordinária, com a finalidade de se debater o actual momento político e a que se juntaram agora o PSD e o CDS. -----

----- O que se pretende é de facto, e perante as informações disponíveis, compreender o actual rumo e o futuro desempenho do Executivo, procurando ajudar a melhor discernir e sustentar as relações não apenas entre os dois órgãos autárquicos, como com outros intervenientes na administração do Município e os cidadãos em geral. -----

----- Em primeiro lugar, nos fluxos entre a Câmara e esta Assembleia há muito que se detectou a incompreensível ausência de uma das principais funções do processo comunicacional e que passa pelo não reconhecimento do papel político dos diversos intervenientes no imperfeito acto de quem diz o quê, por que canal, a quem, com que resultado. -----

----- Este famoso paradigma sugere uma linearidade típica das teorias de persuasão e dos estudos de comunicação de massas do final do pós-guerra, em que há um emissor activo e um mero receptor passivo, que se limita a reagir aos estímulos. -----

----- Num processo de estrita propaganda, a fórmula de Lasswell, que poderá ser perfeita, só que o modelo, ao fazer crer que o acto de comunicar apenas se desenrola num só sentido, é unidireccional e ignora o *feed-back* e o permanente diálogo que lhe deve estar subjacente. -----

----- É neste sentido que as relações de uma Câmara com o Município que gere envolvem um processo de comunicação institucional dialéctico. Implica que se a Câmara não pretende ficar isolada nas suas decisões, deve também democraticamente saber ouvir os outros órgãos eleitos, agindo em conformidade com este *feed-back*. -----

----- Por exemplo, na elaboração de um orçamento participativo. -----

----- Não sabe como? Precisa de um exemplo? Siga o de Carnide. -----

----- Na preparação de um Plano de Actividades, oiça as instituições que dão vida ao Município e elevem-se as taxas de execução. -----

----- Na organização do Orçamento, não seja despesista, preserve e rentabilize o património municipal. -----

----- Em propostas concretas apresentadas em sessão de Câmara, cumpra os regulamentos em vigor, designadamente o PDM. -----

----- Será que foi isto que fez no empreendimento da Infante Santo, com o Vale de Santo António ou a permuta dos terrenos de Entrecampos com o Parque Mayer? -----

----- Que dizer da polémica gestão da EPUL? -----

----- Em segundo lugar, as relações com a própria Assembleia Municipal. -----

----- Neste areópago analisam-se documentos produzidos pela Câmara, mas também recomendações e moções vindas de todas as bancadas aqui presentes. Quase sempre impera o citado paradigma, em que o Executivo Camarário e a maioria que aqui o sustenta se isolam e viram as costas a quase tudo o que não é da sua autoria. -----

----- Exemplo desta constatação são as diversas propostas aprovadas no seio desta Assembleia, cuja percentagem de posterior implementação pelo órgão executivo se restringe a um mínimo simbólico, se não mesmo nulo. -----

----- É o caso das recomendações apresentadas e aprovadas nesta Assembleia pelo PEV. Pode o PSD esclarecer quantas foram levadas à prática pelo Executivo? -----

----- E o que dizer das próprias juntas de freguesia? São-lhes propostos anualmente e unilateralmente protocolos de descentralização de competências que omitem, muitas vezes, as necessidades mais prementes das populações no seu dia-a-dia. Mas desse *handicap* falarão alguns dos Presidentes aqui presentes. -----

----- Mas pior que as conexões institucionais, também nas relações directas da Câmara com os habitantes do Município está ausente um dos principais fluxos de comunicação

e que passa por a Câmara se esquecer de ouvir, representar e resolver as questões que afectam as forças vivas da Cidade, ou seja, toda a população que nela diariamente vive e trabalha, tenham ou não votado na actual maioria. -----

----- De um lado temos os interesses da especulação imobiliária, que não olham aos princípios de uma construção que preserve a traça histórica e as potencialidades turísticas da Capital. -----

----- Do outro temos os lisboetas e as associações que os representam, sejam elas de moradores, económicas, desportivas, culturais, ambientais ou outras. -----

----- Lisboa chega a ser conhecida como a capital do capital especulativo na Bolsa, no imobiliário e nos lucros famosos dos grupos financeiros. -----

----- Não deveria dar-se mais atenção aos bairros, à articulação entre freguesias e órgãos autárquicos e associações locais, valorizando o espaço público, melhorando a qualidade do parque escolar, a circulação preferencial dos transportes públicos, a higiene urbana, a qualidade de vida e dos espaços verdes, apelando à participação dos habitantes em projectos de cultura e de lazer? -----

----- Existe, porém, uma lamentável e incompreensível situação de “orelhas moucas”. --

----- Para os Verdes, as razões deste debate deverão por isso ir muito para além de meras suposições, informações atípicas, esclarecimentos transcendentais, ou balanço de execução de actividades, sendo antes desejável que se equacionem estratégias alternativas de gestão da Cidade, invertendo o actual rumo e tendo sempre em vista um desenvolvimento sustentável para a vida dos cidadãos que nela vivem e trabalham. -----

----- O que se pretende determinar é até que ponto está o actual Executivo disponível para, primeiro, inverter as políticas de cedência aos imediatistas interesses especulativos imobiliários. -----

----- Segundo, em alternativa, comprometer-se com projectos que dêem prioridade à resolução dos problemas sociais e da qualidade de vida dos fregueses. -----

----- Terceiro, fomentar medidas conducentes a uma perspectiva de desenvolvimento socialmente equilibrado e justo. -----

----- Foi nesse pressuposto que os lisboetas deram o seu voto. Não é o que constatam, porque saber ouvir, dialogar e cooperar é uma virtude eminentemente política. A não ser que esta Câmara opte pelo tristemente célebre princípio do “orgulhosamente só”, pois caso contrário, a manterem-se estas condições e sabendo os cidadãos de Lisboa que uma outra Lisboa é possível, daí rapidamente tirarão as suas ilações.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que ia directo ao assunto e o que os trazia aqui hoje era a análise e debate da situação política actual da Câmara. Obviamente, como já tinha sido dito e concordava, era um momento delicado, ninguém gostava de passar por uma situação dessas e muito menos a maior Autarquia do País. Esperava, como sempre o dissera, que tudo fosse esclarecido, totalmente e rapidamente. Já o tinham feito dois anos antes, quando por iniciativa da Presidência da Câmara de então se tinha entregue todo o processo do Parque Mayer ao Tribunal de Contas, ao IGAT e à Procuradoria-Geral da República. Tinham-no feito também recentemente, ao determinar uma coisa que nunca no poder local democrático em Lisboa tinha sido feito, que era proceder a uma sindicância. -----

----- Ninguém podia acusar a actual maioria de não estar na linha da frente para apurar tudo o que não fosse legal e transparente na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Nos últimos dias muito se vinha falando em várias coisas que conduziam às eleições intercalares. Tinha sido aqui referido que os acontecimentos recentes minaram a credibilidade da Câmara. Diria que tentaram minar a credibilidade da Câmara. -----

----- Diziam também que a Câmara ia sem rumo e estava parada, mas pedia que lhe dessem um caso em que estivesse parada. Havia a Visão Estratégica já apresentada e discutida, o PDM já apresentado, havia um programa eleitoral que vinha sendo cumprido, havia um contrato com os eleitores, que continuavam a dar a confiança para estar à frente dos destinos de Lisboa. -----

----- Queria dizer aqui aquilo que já noutra ocasião tivera oportunidade de dizer, parafraseando um autor diria que “as coisas não são o que são, são o que nós somos na nossa imaginação”. Não queria com isso fugir à realidade, nem fugir às responsabilidades, mas tinha que ter a seriedade, a responsabilidade e a tranquilidade de quem tinha assumido as funções de Presidente da Câmara de Lisboa e estar sempre a aguardar que as questões fossem resolvidas em qualquer que fosse a instância, mas nunca dar um ar de suspeição, um ar de ensombramento sobre a vida da Autarquia que ia ser prejudicial para milhões de pessoas que em Lisboa trabalhavam, viviam ou estudavam e especialmente para os milhares de funcionários da CML, que davam o seu melhor no dia-a-dia para melhor prestarem um serviço à população de Lisboa. ----

----- Dizia outro autor, relativamente a umas versões da célebre Lei de Murphy, “não liguem ao que o Ministro da Economia diz, vejam que acções ele compra”. O que queria dizer era que, pese embora as declarações recentes do Ministro da Economia poderem configurar outro resultado, mas os lisboetas e os portugueses estavam a ver o que o Executivo da Câmara estava a fazer no terreno. Que não ligassem ao que se dizia por aí, mas que vissem o que estava a ser feito. -----

----- Falava-se em eleições intercalares e o que gostava de perguntar, partido a partido, era se estavam em condições de assumir as suas responsabilidades. Começava pelo Partido Socialista, que vira abandonar há poucos dias o líder da oposição no Executivo Camarário. O Partido Socialista tinha escrito à Câmara dizendo que não delegava a voz do Partido no número dois, que hoje era número um da lista. O Partido Socialista estava numa crise profunda no Executivo e todos sabiam disso. Fuga para a frente seria com certeza a que o Partido Socialista estava a fazer. ---

----- Também era preciso ter memória, que as cidades não eram só feitas do passado, eram feitas do passado, do presente e também do que se planeava para o futuro. Já tinha dito várias vezes, mas voltava a dizer, que se visse o processo de construção do parque de estacionamento da Praça da Figueira, que estava lá feito e construído. O que perguntava era se tinha havido algum concurso, se tinha havido alguma proposta em Câmara, se tinha havido algum contrato ou alguma nota de encomenda. Havia zero, não havia um projecto na Câmara sobre isso. Curiosamente, a empresa construtora chamava-se Bragaparques. -----

----- Sobre o Parque Mayer, quem é que na Câmara tinha encomendado um projecto ao Arqtº. Norman Foster para fazer uma construção de mais de 70 mil m2 no Parque Mayer? Ao abrigo de que instrumento? Ao abrigo de que decisão camarária? Ao abrigo de que Plano de Pormenor da Av. da Liberdade e Zona Envolvente? Ao abrigo de quê? Podiam dizer aqui os senhores que tinham tido o governo da Cidade até 2001.

----- Também se podia falar de outros colegas autarcas de todo o País, de várias facções políticas, que respeitava muito e que, até prova em contrário, não eram acusados ou condenados a nada. Havia muitas outras câmaras do País onde colegas autarcas faziam o seu melhor no dia-a-dia, estavam constituídos arguidos, alguns de grandes autarquias do País, e nunca o veriam a si ou se calhar a ninguém da sua equipa estar a levantar falsos testemunhos ou suspeições de culpa sobre essas pessoas.

----- Também queria dizer ao Partido Socialista que devia pensar se sim ou não se deveriam demitir quando o Governo do País, Governo do PS com uma maioria do PS na Assembleia da República, anunciava que ia encerrar o Aeroporto da Portela e que para a construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa iria vender o património nacional, que era a TAP e a ANA. Que dissessem se se reviam nisso. -----

----- Perguntou se o Partido Comunista Português tinha ou não feito parte do governo da Cidade, se tinha ou não feito parte de uma coligação que tinha governado a Cidade durante muitos anos. Tinha cópia da carta que fora enviada ao Deputado Municipal Modesto Navarro e que tinha merecido um despacho seu, datado de 22 de Fevereiro de 2005, que dizia “distribuição à Comissão Eventual de Acompanhamento do Parque Mayer, distribuição aos representantes dos grupos municipais”. Dizia-se no último parágrafo da carta o seguinte: “Resulta do teor da proposta 36/2005 que nos terrenos de Entrecampos será adoptada uma solução urbanística integrada para todo aquele espaço, em defesa do interesse municipal. Assim sendo, a hasta pública deverá ser lançada em bloco, integrando todos os lotes remanescentes numa única oferta, tendo a Parque Mayer S.A. direito de preferência na sua aquisição, a exercer nos termos legais”. Perguntou onde estava essa carta. -----

----- Ainda em relação ao direito de preferência, o prazo previsto no Regulamento do Património remetia para uma Lei que já fora revogada, pelo que na hasta pública em concreto, na ausência de regulamentação, tinha sido aplicado o prazo previsto no Diploma de Contratação Pública. Ainda quanto ao direito de preferência, era inegável o facto da carta da Parque Mayer ter sido, por despacho do então Presidente da Assembleia Municipal, distribuído à Mesa da Assembleia, à Comissão Eventual do Parque Mayer e aos representantes de todos os grupos municipais em momento anterior à aprovação da proposta na Assembleia Municipal, concretamente uma semana antes. -----

----- Queria também perguntar onde estava o Partido Comunista quando se tinha lançado um processo conhecido por Projecto do Braço de Prata, do Arqtº. Renzo Piano, que até o Presidente da Câmara na altura tinha aparecido no vídeo promocional do projecto urbanístico, que nem projecto aprovado tinha, que era contra o PDM. Perguntou onde estava a maioria que governava a Cidade de Lisboa nessa altura.

Onde estavam hoje essas pessoas que se insurgiam contra o que quer que fosse na área do urbanismo e na altura foram coniventes com coisas tão graves como essa. -----
----- Podia ainda falar de outras, como a Rua das Açucenas, etc. -----
----- O Bloco de Esquerda parecia que estava também a querer redimir-se de coisas do passado. Devia estar muito incomodado pelo Senhor Vereador que tinha no Executivo Camarário hoje vir dizer coisas que o Bloco de Esquerda tinha aprovado antes na Assembleia Municipal, que tinha aprovado o chamado negócio do Parque Mayer. Hoje o Vereador Independente eleito pelo Bloco de Esquerda vinha dizer para se andar para trás, para se desfazer aquele negócio. Gostava de saber qual era a opinião dos Senhores Deputados Municipais do Bloco de Esquerda sobre essa vontade do Senhor Vereador de andar para trás com o negócio que por eles tinha sido aprovado também na Assembleia Municipal. -----
----- Tinha consigo a moção do Bloco de Esquerda que fora aprovada e que dizia as condicionantes para poder alinhar com esse processo, em que qualquer acção de recuperação devia estar sujeita ao Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente. Perguntou se isso estava ou não em curso, mandatado pelo Executivo. ----
----- “O condicionamento de qualquer acção ou autorização de construção nos terrenos da Feira Popular à aprovação prévia do Plano de Alinhamento e Cérceas da Av. da República”. Perguntou se estava ou não a andar, indicado pelo Executivo. -----
----- “Que a Câmara Municipal de Lisboa finalize urgentemente o acordo com os feirantes da Feira Popular”. Perguntou se estava ou não estava feito. -----
----- “Que fossem indicadas as verbas do contrato do Arqtº. Frank Guery”. Já era do conhecimento público quais as verbas. -----
----- Disse que a razão dos Senhores Deputados Municipais estarem interessados em eleições antecipadas era porque o Vereador Sá Fernandes, dos 14 processos que tinha contra a Câmara Municipal de Lisboa nos últimos anos, não ganhara nem um e já tinha prejudicado muito a Câmara nas obras do Túnel do Marquês. -----
----- Também não se esquecia do CDS, quando firmara um acordo de coligação com o seu amigo de infância José Ribeiro e Castro, nos termos do acordo de coligação que vigorava no mandato anterior, e passados poucos dias, na Assembleia Municipal vieram dizer que o acordo de coligação era só para o Executivo, não era para a Assembleia Municipal. Perguntou que raio de atitude era essa, que raio de palavra era essa, que raio de exemplo era esse. -----
----- Para terminar a sua intervenção, devolvia a pergunta a quem a tinha feito, se estaria ou não a oposição em condições de levar até ao fim o seu mandato. Como diria alguém, “perguntem o que podem fazer pela Câmara, não nos perguntem a nós, porque nós estamos a fazer aquilo para o qual fomos mandatados, com seriedade, com responsabilidade e com a cabeça levantada”. Que perguntassem a si próprios o que podiam fazer pela boa imagem da Câmara Municipal de Lisboa, porque uma coisa dizia, era que saíam da situação mais unidos, mais determinados para cumprir até ao fim o programa pelo qual tinham sido sufragados em Outubro de 2005. -----
----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, lamentou que o Senhor Presidente da Câmara, depois de tanta

tinta que corra, tantas declarações feitas e tantos factos verificados, viesse dizer uma coisa extremamente grave, que um Presidente de uma Assembleia, ao distribuir aos Deputados Municipais, aos líderes e à comissão de acompanhamento, uma carta que lhe chegara, que tinha a ver na primeira parte com a matéria da proposta 36...

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo, disse que não estava a ser feita uma interpelação à Mesa. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que a Senhora Presidente não lhe estava a permitir defender a sua honra, depois de ter sido atacado injustamente pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que a interpelação à Mesa não era manifestamente a figura regimental adequada. Se era defesa da honra, o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro diria no que tinha sentido a sua honra lesada, com que afirmação concreta do Senhor Presidente e, em função disso, ser-lhe-ia dado o uso da palavra ou não. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que era pelo facto de ter sido afirmado que fora conivente numa situação, não havendo de facto direito de preferência. Tinha-se afirmado que havia direito de preferência e queria dizer por que razão não havia direito de preferência. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que isso fazia parte do debate político, não tinha a ver com a defesa da honra. A honra do Senhor Deputado Municipal não tinha sido atingida com isso. Para esclarecer esse tipo de situações havia os tempos regimentais para debate. O que não convinha era atropelar os institutos existentes. -----

----- Ninguém tinha ofendido a honra, nem isso seria permitido. Relativamente ao direito de preferência, haveria tempo, dentro daquilo que eram os tempos de intervenção no âmbito do ponto em discussão, para explicar essa matéria. O Senhor Deputado Municipal conviria que não era nem defesa da honra, nem interpelação à Mesa. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** afirmou que a Senhora Presidente tinha que cumprir o Regimento e, quando um Deputado Municipal se sentia ofendido na sua postura e na sua honra, tinha que lhe dar o direito de defesa da honra. Era isso que tinha que fazer como Presidente. -----

----- **A Senhora Presidente** voltou a explicar que se o Senhor Deputado Municipal concretizasse em que tinha sido a sua honra ofendida, tinha não só gosto, como a obrigação em passar a palavra. O que se dizia era que queria explicar o direito de preferência e isso tinha lugar no âmbito do debate que se seguia, sobre a análise da situação política. Não configurava uma lesão da honra. -----

----- Que não a obrigassem a devolver a questão ao Plenário, porque não lhe parecia que fosse uma boa prática. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** repetiu, para que ficasse na gravação, que o Senhor Presidente da Câmara tinha levantado um problema que fora rejeitado liminarmente em duas conferências de representantes e fora objecto de exposição em 2005, como a Senhora Presidente sabia, a três entidades. Tinha sido

essa atitude que levava o Senhor Presidente Santana Lopes a dizer que, se queriam mandar para a IGAT, então também mandava. -----

----- Era matéria que neste momento estaria com certeza sob observação judicial e o Senhor Presidente, ao levantar essa questão, estava a alterar aquilo que devia ser o normal funcionamento da Assembleia, atacando o então Presidente da Assembleia pelo facto de ter cumprido aquilo que era a sua função, que era distribuir uma carta que lhe chegava e que tinha em parte a ver com a matéria que estava em discussão, que era a proposta 36, aceitação ou não dos termos da permuta. Não tinha nada a ver com o direito de preferência... -----

----- **A Senhora Presidente** disse que o Deputado Municipal Modesto Navarro estava a desrespeitar uma orientação. Recordava as situações em que havia lugar à defesa da honra, que era o artº52: “Sempre que um Deputado Municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos.” O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro não tinha concretizado as expressões que seriam ofensivas da honra ou da consideração e já tinha utilizado, para se exprimir, mais tempo do que teria para defesa da honra. -----

----- Parecia-lhe que estariam todos entendidos, o Senhor Deputado Municipal teria tempo para voltar à questão. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que ficava o seu protesto e do Grupo do PCP sobre a forma como a Senhora Presidente estava a impedir um Deputado Municipal, que tinha sido ofendido no seu trabalho de Presidente da Assembleia, de defender a sua honra. -----

----- **A Senhora Presidente** insistiu para que fossem concretizadas as expressões e então seria dada a palavra imediatamente para defesa da honra. O que não podiam fazer era utilizar o Regimento para fins que não estavam previstos. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Depois desta agitação evidente, porque o curso dos trabalhos não está a correr como a oposição gostaria, começaria por referir o seguinte: -----

----- A situação que aqui nos trouxe, hoje, a esta Assembleia Municipal extraordinária, prende-se com investigações, suscitadas por iniciativa da CML, e cuja condução é da responsabilidade da Polícia Judiciária e do Ministério Público. -----

----- Essas investigações encontram-se sujeitas ao segredo de justiça, pelo que nada devemos ou podemos saber de substancial sobre as mesmas, a bem do Estado de Direito que, devemos todos, contribuir para preservar em todos os seus fundamentos. -

----- Ou seja, não vamos, por certo, nesta sessão, discutir a investigação. -----

----- Estamos preparados para discutir, de novo, os aspectos relacionados com a permuta dos terrenos do Parque Mayer com os da Feira Popular, a hasta pública, a questão da carta e do direito de preferência. -----

----- Julga-se, porém, que esse será o objecto da investigação. -----

----- E quem o suscitar, neste momento, como fez o PCP, estará a introduzir eventuais condicionamentos a essa investigação, o que não podemos aceitar. -----

----- Também não iremos discutir as razões pelas quais a empresa Bragaparc iniciou as suas intervenções em Lisboa, em meados dos anos 90, sendo a CML governada, em maioria absoluta, pelo PS e pelo PCP. -----

----- Nem vamos discutir outros negócios e decisões ocorridos nesses anos de governação PS/PCP, em relação aos quais, e pese embora as dúvidas suscitadas pelo PSD e outros agentes, não houve então interesse em investigar, nem mesmo da parte do Executivo PS/PCP, que nunca solicitou o apuramento dessas mesmas dúvidas. -----

----- Cabe então perguntar qual a razão pela qual nos reunimos hoje e o que vamos discutir. -----

----- Na versão do PS, secundada pelo PCP, reeditada por interesses de oportunidade e oportunismo, a AML tem de ter informação substancial da CML sobre a situação em causa. -----

----- Objectivo impossível de cumprir. Como já vimos, a CML não pode prestar informação, substancial ou não, sobre a situação em causa uma vez que a mesma se encontra sob segredo de justiça. -----

----- Não deixa, aliás, de ser curioso ver o PS tão empenhado nestas matérias aqui no Município de Lisboa, enquanto em simultâneo no Parlamento amaciou e atrasou legislação sobre corrupção, preparada por um dos seus Deputados. -----

----- Coincidências, ou então são os tais “rabos de palha” do PS, como disse o então Deputado Socialista João Cravinho. -----

----- Na versão do BE, é preocupante manter-se a situação actual, pelo que há que encontrar áreas de convergência e de consensos para alterar esta situação. -----

----- É sem dúvida preocupante a situação de suspeição permanente que, induzida pela oposição, se vem espalhando pela CML. -----

----- Mas é de lamentar que, no actual mandato, o BE queira fazer figura, como “justiceiro de Lisboa”, partindo do pressuposto, permanente e devidamente publicitado, de que nada do que se passa na Câmara é sério, transparente e legal. -----

----- Na versão do PEV, deve haver uma tentativa de todos os órgãos eleitos cooperarem para esclarecer a situação. -----

----- Mais uma vez aqui, o esclarecimento da situação não passa pelos órgãos eleitos, mas sim pelas instâncias de investigação. -----

----- Na versão do PP, a AML deve acompanhar o papel do Executivo Camarário e fiscalizá-lo. -----

----- Saudamos esta versão e gostaríamos que ela tivesse sido seguida no passado recente. -----

----- Todas estas versões são respeitáveis, mas politicamente frágeis e infundadas, como se viu. -----

----- Infundadas porque a argumentação que as sustenta não resiste ao contraditório mais simples. -----

----- Infundadas pois estão em clara contradição com o comunicado da CML, aprovado por unanimidade no passado dia 25 de Janeiro. -----

----- Mais uma vez poderíamos dizer que o único objectivo deste requerimento não tem Lisboa como fim, mas sim a afirmação de meros interesses partidários, com a

oposição cavalgando uma situação que é, obviamente, delicada e que o PSD não ignora, nem pretende ignorar. -----

----- O PSD tem estado, sempre, disponível para, nesta Assembleia Municipal, ver esclarecido tudo aquilo que envolve a política do Município e por isso, com responsabilidade, aqui estamos hoje nesta sessão. -----

----- Queremos que todos os factos e matérias sob investigação sejam total e completamente esclarecidos. -----

----- Queremos que desses esclarecimentos não resulte qualquer dúvida quanto a qualquer acção ou omissão dos diversos responsáveis autárquicos. -----

----- Esse será o momento, e não qualquer outro, para que se retirem as devidas ilações políticas do que vier a ser apurado. -----

----- Esta é a nossa posição de princípio. -----

----- Por esta razão, consideramos que o sentido de oportunidade desta sessão não é o melhor. -----

----- Não é o melhor porque do ponto de vista da investigação nada se sabe que nos permita evoluir para além das posições que os diversos partidos já expressaram. -----

----- Esta sessão não será esclarecedora. -----

----- Não será esclarecedora porque os factos conhecidos e que são do domínio público não trazem dados novos para a discussão, que em tempo oportuno se fez nesta casa, sobre os factos em investigação. -----

----- Esta sessão não será agregadora de interesses a favor da cidade. -----

----- Não será agregadora porque os partidos da oposição, com jogos tacticistas, querem apenas tentar marcar e condicionar a agenda autárquica e o trabalho do Executivo Municipal, passando a ideia de crise e de paralisia, que em absoluto rejeitamos. -----

----- O Grupo Municipal do PSD, quer começar por afirmar que o clima que tem existido em redor desta investigação não abona a favor dos princípios estruturantes do estado de direito, em particular os referentes ao direito ao bom nome e à presunção de inocência que é devida a todos os cidadãos. -----

----- O escrutínio a que se encontra actualmente sujeita a vida pública, importante para a sua credibilização e dignificação, impõe a todos aqueles que a abraçam especiais deveres e responsabilidades, mas deve também conferir-lhes as garantias correspondentes. -----

----- Garantias a quem presta um serviço nobre e relevante aos cidadãos, que implica tomadas de decisão em processos sensíveis, e que devem pressupor a celeridade de qualquer investigação e o respeito escrupuloso do segredo de justiça. -----

----- Queremos, assim, manifestar a evidente necessidade de que todo este processo seja concluído com rapidez e com total esclarecimento da verdade, em favor da cidade de Lisboa. -----

----- Instamos o Ministério Público e a Polícia Judiciária a tomarem todas as medidas que evitem a especulação, na comunicação social, através de fontes anónimas, sobre o processo, sobre a sua evolução e sobre as pessoas. -----

----- Queremos, também por isso, destacar o trabalho, mas sobretudo o exemplo e a atitude de dignidade política e institucional da Vereadora Gabriela Seara, ao suspender as suas funções autárquicas, no que constituiu um gesto pessoal seguramente difícil, mas nobre em matéria de dignificação do exercício de cargos públicos. -----

----- Queremos, igualmente, manifestar a nossa solidariedade ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Carmona Rodrigues, e a todos os Vereadores da maioria, deixando uma palavra forte de estímulo e de apoio. -----

----- Consideramos, no quadro actual, que estão reunidas as condições políticas para que a Câmara Municipal de Lisboa continue a desenvolver a sua actividade, no respeito pela vontade eleitoral dos lisboetas e no cumprimento dos compromissos assumidos com os eleitores. -----

----- Desde logo, há condições porque há obra e há obra boa, e é de acções e decisões concretas que se faz cidade todos os dias. -----

----- Numa breve viagem pelos pelouros da Câmara, e sem ser exaustivo, relembro: ---

----- Aprovação da Visão Estratégica -----

----- Novos Regulamentos de Estacionamento -----

----- Colocação de radares -----

----- Alargamento de estacionamento, introduzindo 5.000 lugares para estacionamento, bolsas só para residentes e cartão para os pequenos comerciantes -----

----- Condicionamento de tráfego automóvel no Castelo -----

----- Aprovação da estratégia de intervenção para as dependências -----

----- Projecto de inovação para o empreendedorismo social -----

----- Consolidação do competente apoio à família -----

----- Abertura das escolas das 8h às 19h , como complemento de apoio à família -----

----- Afectação de 30 milhões para 20 escolas, sendo 16 para reabilitar e 4 novas -----

----- Realojamento do Bairro das Calvanas, com a entrega de 87 casas -----

----- Apresentação da proposta de revisão do PDM -----

----- Aprovação de 15 instrumentos de planeamento e ordenamento do território -----

----- Apresentação de planos de reabilitação integrada dos Bairros da Liberdade, Boavista e Padre Cruz, envolvendo a participação activa da população -----

----- Inauguração do Parque Oeste -----

----- Reabertura da Quinta dos Lilases -----

----- Instalação dos jardins digitais -----

----- Ordenamento e diminuição da publicidade -----

----- Apresentação da Estratégia Para o Espaço Público -----

----- Início de obras de melhoria da ETAR de Alcântara -----

----- Apresentação da matriz da água e elaboração da matriz dos materiais -----

----- Investimento de cerca de 1 milhão de euros, em redes de rega automática nos espaços verdes da cidade -----

----- Aumento de percentagem de cobertura da cidade na recolha selectiva porta a porta e aumento de recolha de materiais recicláveis em 33%. -----

----- Instalação de uma república universitária em S. Bento -----

----- Início da construção de uma residência universitária para 400 camas -----
 ----- Reactivação do Conselho Municipal da Juventude -----
 ----- Aprovação da Estratégia Municipal Para as Políticas de Juventude -----
 ----- Apresentação de Plano de Equipamentos Desportivos Para a Cidade, que passa a
 incluir 80 equipamentos -----
 ----- Conclusão da pista de atletismo Moniz Pereira -----
 ----- Início do processo de instalação da Coleção Capelo no Museu do Design e da
 Moda -----
 ----- Criação da rede de bibliotecas -----
 ----- Abertura das bibliotecas Maria Keil e São Lázaro -----
 ----- Reabertura do Teatro Maria Matos e S. Jorge -----
 ----- Diminuição, e reconhecimento total, da dívida da Câmara e redução de despesas
 de funcionamento -----
 ----- Gestão centralizada de compras -----
 ----- Regularização da situação dos trabalhadores precários da CML -----
 ----- Aumento em 10% dos turistas que visitam Lisboa -----
 ----- Organização de grandes eventos de dimensão e repercussão internacional -----
 ----- Novas regras nos protocolo de delegação de competências nas juntas de
 freguesia -----
 ----- Organização do 1º Fórum das Colectividades -----
 ----- Esta é parte do trabalho que temos para mostrar em 15 meses de mandato, que
 envolve a Vereação e os trabalhadores do Município, e que não pode ser beliscado
 por cortinas de fumo ou por manobras de diversão. -----
 ----- Mas há condições, também, porque, aplicando a norma constitucional, não está
 em causa o regular funcionamento das instituições democráticas, neste caso da CML. -
 ----- Há condições porque se mantém intocável a legitimidade total da actual
 Vereação, dos Deputados Municipais e dos Presidentes e restantes eleitos das Juntas
 de Freguesia. -----
 ----- Há condições porque o quadro de distribuição dos mandatos pelos 17
 Vereadores, em que o PSD tem a maioria, é exactamente o mesmo que saiu das
 eleições e do voto dos lisboetas em Outubro de 2005. -----
 ----- Na altura não se colocou em causa a existência de condições, por parte da CML,
 para exercer o seu mandato, nem se exigiram novas eleições. -----
 ----- Há condições porque há coesão e estabilidade na maioria, seja no Executivo
 Municipal, seja nesta Assembleia, seja nas 33 juntas de freguesia, seja entre todos
 estes órgãos autárquicos. -----
 ----- Se não há estabilidade, como se explica que desde o fim da coligação, nenhuma
 proposta essencial da CML tenha sido chumbada até agora? -----
 ----- Quem induz instabilidade é a oposição, mas nós não temos de a seguir. -----
 ----- Há condições porque o Executivo tem uma maioria absoluta de suporte na
 Assembleia Municipal. -----
 ----- O Grupo Municipal do PSD continuará a apoiar a Câmara Municipal de Lisboa
 na prossecução do programa eleitoral maioritariamente sufragado pelos lisboetas,

apoio esse que se continuará a caracterizar, como até aqui, pela solidariedade, pelo empenho, pela responsabilidade e pela exigência políticas e institucionais. -----

----- Há condições porque a saída de um membro de um órgão colegial não é razão para a demissão desse órgão, seja numa Junta de Freguesia, num Município ou no Governo Central. Quantas, e sensíveis, mexidas já houve no actual Governo? Foi então exigida a sua demissão e a realização de novas eleições? -----

----- Há também condições porque nenhum dos partidos da oposição tem condições de credibilidade, de projectos ou de ideias alternativas. -----

----- Os últimos Presidentes de Câmara ou candidatos que o PS apresentou para Lisboa não cumpriram, até ao fim, ainda que por razões diversas, os seus mandatos. --

----- A situação mais recente foi a do abandono da CML por parte do ex-Vereador Manuel Maria Carrilho, decisão que o PS manteve escondida dos lisboetas pelo menos durante mais de 8 meses, depois de se ter comprometido com eles a cumprir o mandato até 2009. -----

----- Tal decisão revela que, para o cabeça de lista do PS, Lisboa não vale sequer o sacrifício de ser Vereador e articular agendas, por forma a contribuir para a resolução dos problemas da cidade. -----

----- Podíamos ir mais atrás, e falar de idêntica decisão e de desrespeito pelos lisboetas tomada em 2001 pelo actual Vereador da C. M. Sintra, Dr. João Soares, também aqui depois de prometer que ficava. Pelos vistos, agora também está disponível para abandonar Sintra a meio do mandato, como fez em Lisboa, quando foi para Bruxelas, como Deputado Europeu. -----

----- E também, ainda que por força da eleição presidencial, verificou-se a saída do Dr. Jorge Sampaio, antes de terminar o seu mandato. -----

----- Este PS, que hoje ouvimos falar de credibilidade, autoridade e compromissos, é o mesmo que, muito recentemente, nos brindou com situações caricatas e trapalhadas, como foi, ou será que ainda é, o caso da substituição do Vereador Manuel Maria Carrilho. -----

----- Ainda em matéria de credibilidade, podíamos questionar a verdadeira vontade de transparência da vida autárquica demonstrada pela oposição, para além de declarações de circunstância. -----

----- Aqui valem as acções concretas. Por isso apoiámos e apoiamos, firmemente, a decisão do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de instaurar uma sindicância aos serviços camarários responsáveis pelo urbanismo, decisão essa que, curiosamente, mereceu a oposição de todos, repito de todos, os partidos da oposição na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Sendo esta uma decisão que permite esclarecer, de uma vez por todas, da regularidade e da legalidade dos actos praticados numa área importante e sensível para a cidade, como é a do urbanismo, esta oposição não pode deixar de ter leituras. --

----- Leituras essas tanto mais obscuras quanto toda a oposição se opôs, igualmente, ao facto de o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, por sua livre iniciativa, ter solicitado ao Procurador-Geral da República a nomeação de um magistrado

independente para conduzir a referida sindicância, o que significa máxima garantia de imparcialidade, idoneidade e não suspeição em todo o processo. -----

----- Sendo esta decisão de uma transparência inatacável, é com profunda estranheza e incompreensão que ouvimos o PS, o PCP, o BE e o CDS/PP a declarar a sua oposição aberta a tal nomeação. -----

----- Naturalmente que, entre as leituras possíveis, poderemos questionar se esse ataque aberto à decisão poderá traduzir, porventura, algum tipo de receio sobre os resultados que possam vir a ser apurados na sindicância. Se a oposição terá alguns “esqueletos nos armários”. -----

----- Ou se, em alternativa, a atitude daqueles partidos se deve ao facto de, com esta sindicância, completa e definitiva à área do urbanismo, a oposição perder aquela que tem sido a sua arma privilegiada de arremesso político sobre a Câmara Municipal de Lisboa - a suspeição permanente sobre todas as decisões, procurando daí retirar dividendos eleitorais. -----

----- É, pois, tempo de dizer basta a este clima de suspeição contínua, clima induzido pela oposição sem qualquer contemplação e sem olhar a meios, como forma de procurar paralisar o Executivo, descredibilizar a Vereação, obter visibilidade pública e alcançar ganhos eleitorais. -----

----- Se é motivo de solidariedade ser vítima de uma tentativa de corrupção, é muito mais difícil conviver com tentativas permanentes e ininterruptas de atentado ao bom nome, à honra e dignidade pessoais. -----

----- Não é mais possível ter qualquer contemplação política para quem, no auge das investigações ao Município, com certeza na tentativa de ajudar a ultrapassar esse momento, foi avivar suspeições, afirmando aos órgãos de comunicação social que sabia de mais coisas e que iria denunciar muitas mais situações. -----

----- É com espanto que vemos e ouvimos, recentemente, reaparecerem figuras que ainda não digeriram a derrota autárquica em Lisboa em 2001. -----

----- Nesta matéria, PS e PCP continuam sem perceber o que então lhe aconteceu, e vão tecendo loas a uma gestão com negócios e situações altamente controversas, e da qual escorregou parte importante da actual dívida municipal, e que administrava Lisboa como se houvesse duas câmaras paralelas, divididas entre socialistas e comunistas precisamente. -----

----- Poderia lembrar o que se passou no Arco do Cego, construindo uma central de camionagem numa zona residencial no meio da Cidade. -----

----- Ou os casos de parques de estacionamento sem contrato feitos em Lisboa. -----

----- Ou a sua total inacção na catástrofe que tem sido, para Lisboa, a saga interminável do túnel do Terreiro do Paço. -----

----- Ou no projecto de elevador do Castelo de S. Jorge, que desfigurava a Baixa. -----

----- Ou na Quinta das Conchas, onde se pretendeu construir uma estrada que destruíra o terceiro maior espaço verde da Cidade. -----

----- Ou na autorização de construção de duas torres no topo da Avenida José Malhoa, pondo em causa o plano de pormenor encomendado pela CML para essa zona. -----

----- Ou na autorização de construção em leito de cheia em Alcântara, cometendo um atentado urbanístico de uma gravidade sem par, na Quinta do Cabrinha. -----
----- Ou na suspensão, de um modo geral, do planeamento urbano da Cidade. -----
----- Mas volto a repetir, para que não haja dúvidas sobre as nossas razões. -----
----- Há, sobretudo, condições porque a CML definiu uma estratégia, uma linha de rumo, e está a agir e a governar Lisboa para além da espuma das afirmações da oposição. -----
----- Já aqui o dissemos, e repetimos: o PSD tem de ter a humildade de reconhecer que tem de transmitir melhor, aos munícipes, a obra positiva que já realizou, e que exemplificámos há pouco. -----
----- Inclusive, até ao nível interno, como se tem visto por alguns comentários públicos de militantes do PSD, essa mensagem não tem passado como devia. -----
----- Por isso, depois de sabermos que o líder da bancada do PS votaria no Prof. Cavaco Silva, não estranhámos que hoje se tenha colado àqueles nossos companheiros. -----
----- Tem-se ouvido, nestes dias, a oposição falar muito de pactos e de consensos, e também de eleições, numa demonstração de incoerência e desnorte que temos de realçar. -----
----- Hoje como ontem, e dissemo-lo no início deste mandato, estamos sempre disponíveis para identificar áreas e matérias de consenso, em benefício de Lisboa e dos lisboetas, sem contudo abdicar da responsabilidade e legitimidade, que nos foi conferida pelo voto maioritário, de aplicar o nosso programa eleitoral. -----
----- Esta nossa disponibilidade, ao contrário das contínuas e permanentes flutuações da oposição, não anda ao sabor de modas, oportunistas ou conjunturas, ou de avaliações de supostas forças ou fraquezas. -----
----- Somos, nesta como noutras matérias, muito transparentes. -----
----- O que contrasta com os partidos da oposição, que querem desrespeitar totalmente a vontade expressa pelos lisboetas nas eleições autárquicas de Outubro de 2005. -----
----- Que querem ganhar um jogo que perderam, julgando que a melhor maneira de o fazer é antecipando o seu fim na secretaria. -----
----- Que, por demonstrarem incapacidade para assumir os seus compromissos e as suas responsabilidades autárquicas, querem condicionar o PSD, para que siga esse mesmo caminho. -----
----- Não nos condicionam. -----
----- Em eleições legítimas e democráticas, é responsabilidade dos partidos que a elas concorrem respeitar os resultados determinados pelo voto dos eleitores, respeitar os mandatos, respeitar o programa eleitoral e respeitar os compromissos assumidos. -----
----- É esse respeito, e o nosso trabalho, que Lisboa e os lisboetas podem continuar a esperar do PSD e dos seus autarcas!” -----
----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que começava por defender a honra, que a Senhora Presidente não permitira que fosse usada noutro momento e que, na sua opinião, devia ter permitido. -----

----- Uma coisa era o debate político, uma coisa era a contra-argumentação, mesmo dura, outra coisa era dizerem-se frases que ofendiam a integridade das pessoas. -----

----- Quando o Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra começava por dizer que o Partido Socialista tinha “rabos de palha” pelo que dissera o Deputado João Cravinho em relação ao pacote da corrupção, havia necessidade de defender a honra nesse momento. -----

----- Em primeiro lugar porque não fazia parte do debate político essa questão. Mas, mais grave do que isso, porque era importante dizer que o Partido Socialista tinha adoptado 10 das 15 propostas do Deputado João Cravinho, sendo que ele tinha desistido de 3 e havia 2 que seriam apresentadas através de iniciativas individuais de Deputados. -----

----- A intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra tinha sido para confundir, era uma fuga em frente, inadmissível. -----

----- Na sua intervenção, fizessem-lhe essa justiça, não tinha posto em causa a honra e a dignidade, nem lançara nenhuma suspeição sobre ninguém. Nunca o fizera, não era o seu modo de agir. Que houvesse a investigação e depois tiravam-se as conclusões. Até tinha tido uns dias antes a coragem, porque por vezes isso não era compreendido politicamente, de dizer publicamente que reconhecia no Senhor Presidente da Câmara uma pessoa honesta e responsável. -----

----- Não admitia que se pudesse agora trazer para a Assembleia Municipal que o Partido Socialista não queria combater a corrupção e o exemplo era a questão do Senhor Deputado João Cravinho. -----

----- Também não tinha sido dita a verdade quando claramente se dissera que os Vereadores do PS tinham votado contra a indicação de um magistrado da Procuradoria-Geral da República para desenvolver a sindicância que o Senhor Presidente da Câmara, e muito bem, tinha-o elogiado por isso, determinara para os serviços. -----

----- Antes pelo contrário, os Vereadores do PS tinham concordado e disseram-no ao Senhor Presidente. O Deputado Municipal Saldanha Serra tinha faltado à verdade e isso era desonestidade política no combate. Não esperava isso. Não lhe iria atirar por arremesso outras coisas, pois não era esse o seu feitio, mas não ficava bem vir para a Assembleia Municipal falar num debate político, que tinha a ver com um momento sério, que o Senhor Presidente já dissera que era um momento delicado e cada um dava os adjectivos que quisesse. No seu caso tinha-lhe chamado crise política, que havia uma crise de confiança, o Senhor Presidente reconhecia que era um momento delicado e o Deputado Municipal Saldanha Serra vinha assobiar para o ar e brincar com as substituições de um Vereador por outro no PS, que era um facto normal e que só ao PS dizia respeito e já estava resolvido. -----

----- Perguntou porque não se contribuía para o esclarecimento dos assuntos que eram necessários para a Cidade, que eram importantes para todos, porque a imagem que estava lançada sobre os autarcas era negativa para todos, pelo que desejava que se esclarecesse o mais rapidamente possível. -----

----- Era conhecida a estima e consideração que tinha pelo Senhor Presidente da Câmara, mas esperava uma outra intervenção da sua parte. Tinha sido nitidamente uma fuga para a frente. -----

----- O Senhor Presidente reconhecera que se estava num momento delicado e, em vez de se referir ao momento delicado, viera falar da OTA. O PS até já tinha pedido um debate de urgência na Assembleia Municipal para discutir a OTA. Aliás, o Senhor Presidente na sua tomada de posse também dissera que queria discutir isso. Tinha vindo também falar no ex-Veraedor Carrilho, na Bragaparkes e a Praça da Figueira, mas tudo isso estava a ser investigado. -----

----- O que era importante para a Cidade e para a Assembleia Municipal era que o Senhor Presidente dissesse como iria fugir do momento delicado que a Cidade e a Câmara Municipal atravessavam. -----

----- O PS chamava-lhe crise, chamava-lhe mesmo falta de credibilidade das instituições. O Senhor Presidente chamava-lhe um momento delicado, mas sobre isso tinha feito uma formidável fuga para a frente, disparando em todas as direcções, naturalmente com a delicadeza que costumava ter e não com a violência e com a verborreia até do Deputado Municipal Saldanha Serra, mas tinha atacado tudo e todos, tentando talvez até pôr em causa a verticalidade de alguns e dava-lhe a oportunidade para se redimir nessa matéria. A verdade era que não tinha esclarecido o que garantia à Cidade como solução governativa. -----

----- Perguntou se o Senhor Presidente iria governar a Cidade nos dois anos e meio que faltavam apresentando proposta a proposta e esperando que os partidos votassem. Isso não era bom para a Cidade de Lisboa, não era possível. Queria-se que o Senhor Presidente apresentasse uma solução nessa perspectiva e, se a apresentasse, com certeza se acharia que o Senhor Presidente tinha toda a legitimidade para poder governar até ao fim. -----

----- Aquilo que se pedia, não era só o Partido Socialista ou outras forças da Assembleia Municipal que pediam. Tinha ouvido eminentes figuras do PSD, por exemplo o Dr. Dias Loureiro, não viessem dizer que era uma pessoa distraída que dizia o que queria, como costumavam dizer do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, mas esse também, como o Dr. António Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais, ou o Dr. Pacheco Pereira, que já tinha sido líder da Distrital de Lisboa do PSD. Todos tinham disto que o Prof. Carmona Rodrigues teria que esclarecer como iria governar Lisboa e tinha que explicar todos os acontecimentos e a crise. Não era só o PS, não era só a oposição que exigia, no bom sentido, que informasse da solução governativa que tinha para a Cidade de Lisboa. Eram outras entidades com prestígio político, da sua própria área política, que também o exigiam. -----

----- A Cidade não compreenderia que se assobiasse para o alto, achando que tudo estava na mesma, porque se o fizesse, alguma coisa ia mal “no reino da Dinamarca”, como se costumava dizer. O Senhor Presidente tinha que rapidamente tirar a cabeça debaixo da areia e perceber a realidade que estava à sua volta em Lisboa. -----

----- Não existia neste momento confiança no Executivo Municipal, mas sim uma desconfiança em relação às decisões que se fossem tomando. Portanto, era muito

importante que o Senhor Presidente pudesse informar a Assembleia sobre o que pensava fazer em termos de estabilidade governativa, daquilo que pensava fazer em soluções para a Cidade, como é que iria combater a grave crise financeira existente. ---

----- O Senhor Presidente iria sempre dizer que tinha herdado do passado. Sabia-se que isso não era verdade, mas se continuasse a insistir nisso, então tinha que perguntar a quem estava à sua direita, o Senhor Vice-Presidente, que era o outro pilar da sua candidatura, como é que tinha permitido que se herdasse uma dívida tão grande. -----

----- Era bom que não se brincasse com essas questões e que o Senhor Presidente apresentasse à Cidade um projecto muito concreto de recuperação financeira do Município. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra e dizendo que o fazia num outro registo, porque já não estava num registo de defender a honra, recordou que tinha sido feita uma crítica à gestão do tempo do Dr. João Soares, mas o Dr. João Soares tinha sido um bom Presidente da CML, que tinha deixado obra, que tinha deixado o braço direito do Senhor Presidente, que era o Vice-Presidente Fontão de Carvalho e, portanto, até lhe ficava mal vir com essas críticas. -----

----- Aquilo que o PS dizia ao Senhor Presidente da Câmara era aquilo que tinha dito de início. Tinha que esclarecer a Assembleia e a Cidade de Lisboa, assim como as vozes do seu próprio partido que reclamavam esse esclarecimento, se tinha ou não uma situação de estabilidade para governar o Município, se acabava de vez com o casa-descasa com o CDS/PP e como iria gerir a Cidade a partir daí, que prioridades iria dar à intervenção do Município. Tinha que o fazer rapidamente, porque se não o fizesse rapidamente, o PS, que não estivera hoje a pedir eleições intercalares, que entendia serem os mandatos para levar até ao fim, também passava a julgar que a situação estava completamente bloqueada, para prejuízo da Cidade. Então, como dissera na sua intervenção inicial, em democracia não havia bicos sem saída e o último recurso, quando necessário, também eram as eleições democráticas para que o eleitorado pudesse decidir. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de mais, permitam-me aqui afirmar que o Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra faltou à verdade, ao afirmar que o PCP se teria oposto à realização da sindicância determinada pelo Senhor Presidente da Câmara. Pelo contrário, o PCP defendeu a necessidade indispensável de uma averiguação, a que o Senhor Presidente deu essa forma, eventualmente discutível, mas que foi ao encontro do fim pretendido e que o PCP subscreveu. Esta é a verdade, para que conste. -----

----- Entendeu e bem, esta Assembleia Municipal debater e reflectir o actual momento político do município. -----

----- Momento que é determinado pela indiscutível situação de instabilidade e crise que a CML atravessa e que apresenta contornos de profunda gravidade. -----

----- Esta Câmara vive, de facto, dias muito complicados. -----

---- E a responsabilidade desta situação reside numa política de direita, que desde há cinco anos vem promovendo uma estratégia errática, baseada no sistemático condicionamento do interesse público à avidez dos interesses dos privados. -----

----- Daí decorre, sobretudo, o agravamento das condições de vida dos lisboetas e a incapacidade da Câmara intervir no sentido da sua resolução. -----

----- A direita tem de assumir este facto. -----

----- Não só o PSD, a quem, obviamente, cabe o maior protagonismo, mas também o CDS-PP, que durante este período, por mais de quatro anos ocupou o poder. -----

----- Mas é necessário, ainda, referir, que muitas das danosas decisões tomadas, algumas determinantes, só o foram porque a direita pôde contar com o apoio interessado do PS e, por vezes, também com o voto, um pouco envergonhado do BE.-

----- Muitas foram, de facto, as situações em que o interesse municipal não foi acautelado e em que o erário público foi claramente lesado, dando cobertura a uma especulação imobiliária que hoje impera já por toda a cidade. -----

----- O PCP sempre combateu esses processos. Votou contra e denunciou-os, recorrendo às instâncias judiciais de investigação criminal, onde as respectivas acções correm os seus termos. -----

----- E assim nos encontramos, hoje, numa situação de total descredibilização da Câmara e de visível incapacidade de acção da maioria, no poder. -----

----- A que nível se pautará a dinâmica de actuação dos vários serviços da Câmara? ---

----- Com que grau de empenhamento enfrentarão, hoje, o seu dia de trabalho os mais de dez mil trabalhadores da Câmara? -----

----- Que capacidade tem, neste momento, o Executivo para avançar com as decisões que a vida da cidade exige e que urge serem tomadas? -----

----- Repetimos: A crise que a Câmara atravessa não se deve, apenas, ao detonar de um caso com muitos contornos de ilegalidade. Mas é, certamente, o resultado de uma opção que, condicionando um largo espectro político, enaltece o conceito de mercado liberal, defende e favorece a iniciativa privada especulativa, exalta o valor do lucro e subalterniza o interesse público. -----

----- O caso Bragaparkes é um paradigma dessa opção. -----

----- O meu camarada Modesto Navarro já aqui o dissecou profundamente, apontou os seus responsáveis e mostrou que o PCP, acompanhado pelo Partido Ecologista "Os Verdes", foi, desde o início, a única força política a mostrar uma clara e responsável posição contra todo este processo. -----

----- E por isso foi atacado. -----

----- E quer o Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra queira, quer não, o facto é que para realizar a permuta era necessário conhecer o potencial de construção existente nas partes a permutar. E esse conhecimento apenas poderia encontrar resposta nos respectivos Planos de Pormenor. Acontece que nenhum desses instrumentos existia e, aliás, ainda não existe. -----

----- Quanto ao direito de preferência outorgado à Bragaparkes, importa saber se ele decorreu com base em deliberação da Câmara, posteriormente ratificada pela Assembleia Municipal. -----

----- E o certo é que tais deliberações nunca existiram. -----

----- Estes são, pois, dois negócios em que em defesa de Lisboa, devem ser anulados. Cabe aos tribunais decidi-lo. -----

----- O PCP congratula-se com as investigações iniciadas e aguarda os resultados dela decorrentes. -----

----- Certamente, o mesmo não acontecerá com outras forças políticas que deram cobertura a estas ilegalidades, e que por isso mesmo não podem, agora, desresponsabilizar-se do voto que permitiu a concretização destes negócios, tanto mais que, à data, a direita se encontrava em minoria na Assembleia Municipal. -----

----- Permitam-me uma breve síntese do retrato do que então foi proferido, aqui, nesta Assembleia Municipal, por algumas forças políticas e que permitem aferir bem do seu posicionamento: -----

----- Acta da Reunião 81 da Assembleia Municipal de Lisboa, no que se refere ao ponto nº19 da Ordem de trabalhos, relativo à proposta 36/2005, em 1 de Março de 2005: O Sr. Deputado Municipal Vítor Gonçalves, do PSD, afirmou: -----

----- "Não se podia deixar de dar os parabéns ao iniciador da proposta, o Dr. Pedro Santana Lopes, por aquilo que pôs como objectivo em relação ao projecto. Também dar os parabéns ao actual Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues. Dar os parabéns à Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, pelo seu envolvimento. Não esquecer o Sr. Vereador Fontão de Carvalho, mas também dar os parabéns pela forma competente e pela forma interessada como se entregou e a tentar encontrar uma solução que valorizasse e projectasse o interesse da Cidade ao Sr. Vereador Vasco Franco, que também devia merecer uma palavra." -----

----- E mais adiante: -----

----- "A entidade que devia estar de parabéns, para além das pessoas que já citara, era a Assembleia Municipal, se porventura, como esperava, desse o seu parecer favorável à proposta. Era à Assembleia que cabia a principal responsabilidade de vir a aprovar a resolução do problema e, ao fazê-lo, todos estariam de parabéns." -----

----- O Sr. Deputado Municipal João Pinheiro, do PS: -----

----- "Era importante que ficasse registado no debate que, graças ao contributo do PS, um problema que parecia insolúvel 3 meses antes e cuja resolução fora prometida por parte do Dr. Santana Lopes em 8 meses, mas que durante o seu mandato e a continuação do mesmo pelo Prof. Carmona Rodrigues não fora possível solucionar." -

----- E mais adiante: -----

----- "Má ou boa a relação de troca, pelo menos para o futuro, ficava ao município o que era do município, aos proprietários o que era dos proprietários." -----

----- Citei. -----

----- Sra. Presidente: -----

----- Importa ter presente os erros do passado. -----

----- Importa usar todos os meios disponíveis para salvar ou limitar alguns desses erros. Importa, também, assacar responsabilidades aos que os promoveram e aos que com eles foram coniventes. A população de Lisboa a isso tem pleno direito. -----

----- Mas importa, sobretudo, olhar o futuro. E a situação a que se chegou, prova à sociedade, que é necessária uma mudança de política para a cidade. -----

----- O PCP, há muito que a vem reivindicando. -----

----- O PCP está confiante, que, se não for antes, em 2009, um projecto alternativo de governação da cidade irá impor-se. -----

----- Projecto que leva em conta o essencial papel que às Freguesias cabe desempenhar no desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida na cidade. -----

----- Projecto que restrinja o enfoque da sua acção a empreendedores e empresários, mas que o dirija sobretudo aos trabalhadores, que são a maioria da sua população e quem dá vida a empresas e empreendimentos. -----

----- Projecto que mantenha o paradigma da competitividade, sem, no entanto, usá-lo em detrimento do determinante e necessariamente sempre presente, objectivo de solidariedade. -----

----- Um projecto que tenha e mostre, de facto, a vontade de resolver o grave problema financeiro da Câmara, o que não passa, obviamente, pela criação em catadupa de empresas municipais, muitas delas a conflituarem com as atribuições dos próprios serviços da Câmara, que trave e limite o crescente vespeiro de assessorias que enxameia os gabinetes da vereação e os próprios serviços e que, ao contrário, valorize o colectivo dos trabalhadores da Câmara, prezando os seus direitos e criando as condições necessárias para que o seu trabalho se possa reflectir na melhoria efectiva das condições de vida dos lisboetas. -----

----- Finalmente, um projecto que assente numa política de urbanismo ao serviço de um desenvolvimento sustentável e solidário da cidade e que tenha como principal alvo os lisboetas que aqui vivem e os que aqui trabalham. -----

----- Sobre esta questão o meu camarada Silva Dias irá ainda pronunciar-se nesta sessão. -----

----- Sra. Presidente: -----

----- Passaram mais de três anos, mas os factos aí estão para dar razão ao PCP. Decorre uma investigação e todos esperamos que as instâncias judiciais actuem. A questão que agora se coloca é saber qual o futuro do actual Executivo. -----

----- Pela nossa parte, entendemos, neste momento, que não é ao PCP que compete tomar posição sobre este assunto. Continuaremos a analisar o evoluir do processo, tranquilamente, pois quem não deve não teme. -----

----- O Senhor Presidente apresentou na sua intervenção um rol de perguntas, entre as quais perguntou a certa altura onde estava o PCP. Aquilo que eu queria dizer ao Senhor Presidente, que não está aqui mas espero que depois lhe transmitam, é que: ---

----- Os lisboetas sabem, e toda esta situação bem o demonstra, que o PCP, não deixando de assumir uma atitude responsável em função dos cenários que vierem a concretizar-se, manterá, sempre, uma postura de seriedade, de disponibilidade e de luta, na defesa dos interesses dos lisboetas e das políticas que melhor sirvam esses interesses.” -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que começaria a sua intervenção de uma forma semelhante à que o líder do PSD usara, para fazer também um voto de protesto contra a acusação que o Deputado Municipal do PCP fizera em relação ao Bloco de Esquerda e em relação ao voto envergonhado do BE em algumas votações na Assembleia. -----

----- Queria dizer ao Senhor Deputado Municipal do PCP, e através dele a todo o Grupo Municipal do PCP, que o Bloco de Esquerda não tinha que se envergonhar de nada, de nenhuma posição tida ou que viesse a ter na Assembleia. Em alguns momentos em que não votavam todos da mesma maneira, isso era feito com a cara levantada, não tinham que se envergonhar pelo facto de não votarem todos da mesma maneira. -----

----- Pelo contrário, parecia-lhe que alguns grupos municipais na Assembleia atacavam a Câmara Municipal sob determinados argumentos, mas depois acabavam por aceitar a repartição de algumas migalhas que a própria Câmara Municipal concedia a todos os grupos, menos ao Bloco de Esquerda. -----

----- Todos os partidos com representação na Assembleia Municipal, à excepção do Bloco de Esquerda, tinham alguma coisa a ver com, por exemplo, a criação de empresas municipais e a gestão de empresas municipais, contra as quais o próprio PCP se tinha vindo a bater. -----

----- Resolvido esse pequeno incidente da vergonha, começava por dizer que concordava com o início da afirmação do Deputado Municipal do Partido Socialista, quando classificara o Senhor Presidente da Câmara como uma pessoa honesta e responsável. Discordava da segunda parte da afirmação e a sua intervenção era justamente para demonstrar que o Senhor Presidente da Câmara vinha tendo um comportamento politicamente irresponsável e por essa razão tinha perdido, assim como toda a Vereação, a responsabilidade e credibilidade política para continuar à frente dos destinos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Ao contrário de outras forças políticas, o BE achava que o período de credibilidade política da Câmara tinha acabado. A única maneira de resolver a crise política, e não momento delicado como o Senhor Presidente da Câmara tinha chamado, era devolver a palavra aos cidadãos e realizar eleições intercalares, porque a actuação do Senhor Presidente da Câmara nessa crise política era totalmente irresponsável, não tinha classificação política. -----

----- Quando o Senhor Presidente da Câmara, no seguimento de uma busca efectuada por 50 agentes da Polícia Judiciária, por 6 magistrados, vinha para a opinião pública dizer que não se passava nada, que era tudo normal, que se tratava de uma investigação promovida pela Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara estava a ser politicamente irresponsável. Isso não tinha perdão, porque os lisboetas e as lisboetas perderam a confiança numa Câmara Municipal que não tinha projecto político. -----

----- A credibilidade política da Câmara Municipal tinha-se apoiado na defesa de uma equipa, de um rosto, que era o do Senhor Presidente, e quando havia elementos dessa

equipa que deixavam de fazer falta, quando não havia projecto político e rumo político, a credibilidade esgotava-se. -----

----- Era por uma razão de falta de credibilidade política do actual Executivo Municipal que, na ausência de um projecto político e explicaria depois porque não havia projecto político, perdia a credibilidade junto da população de Lisboa. Era isso que interessava discutir na Assembleia e não lavar a roupa suja entre o PS e o PSD sobre as responsabilidades na Praça da Figueira, no Parque Mayer ou onde quer que fosse. -----

----- O Bloco de Esquerda, ao contrário de outras forças políticas, não tinha pejo nenhum em reconhecer que tinha sido enganado no processo do Parque Mayer, enganados conscientemente pela Câmara, que nunca mostrara na Assembleia Municipal uma proposta de avaliação do Parque Mayer que atribuía o valor de 9 milhões de euros ao Parque Mayer. Tinha sonogado informação e isso era uma questão de responsabilidade política. -----

----- Mais uma vez, pelo processo do Parque Mayer, se confirmava que o actual Executivo Municipal e a atitude do Senhor Presidente da Câmara em relação à resposta das inúmeras dúvidas que esse processo levantava, era uma atitude irresponsável e por essa razão não merecia continuar à frente da Câmara Municipal de Lisboa. O povo de Lisboa merecia ser consultado sobre a melhor solução para tamanha falta de credibilidade. -----

----- Perguntou porque é que o Senhor Presidente da Câmara dizia tratar-se de um momento delicado. Em relação ao que andava a dizer na comunicação social já era um avanço, porque até agora dizia que não havia nada de especial, que era tudo normal, que a demissão da Vereadora Gabriela Seara era uma questão de honestidade política que devia ser relevada. -----

----- Porque é que a demissão da Vereadora Gabriela Seara era tão importante politicamente? Porque a Câmara não tinha projecto político e tinha dificuldade em substituir os projectos erráticos que a própria Vereadora Gabriela Seara vinha desenvolvendo na Cidade de Lisboa, sem nenhum projecto político coerente, sem nenhuma proposta política para a Cidade. Era isso que tornava o Executivo Municipal mais fraco do que todos os outros, porque os outros Executivos Municipais tinham um projecto político. -----

----- Podia dar dois exemplos, começando por perguntar o que tinha feito a Câmara Municipal para obrigar o Ministério da Educação a dar um conteúdo educativo concreto à Escola D. João de Castro. Zero, apesar de dizer que estava contra o encerramento da Escola Secundária D. João de Castro, a Câmara não tinha feito rigorosamente nada para propor e para manter em funcionamento essa Escola. -----

----- Perguntou o que é que a Câmara propunha, por exemplo, relativamente ao estudo de mobilidade que tinha sido feito para servir de base à elaboração do Plano Director Municipal. O Senhor Secretário que estava na Mesa tinha assistido a uma sessão promovida pelo Bloco de Esquerda com o Prof. José Manuel Viegas, que tinha feito o Plano de Mobilidade. Para esse Plano de Mobilidade não tinha havido uma única indicação concreta, uma única orientação por parte da Câmara em termos de política

de mobilidade para orientar o estudo do Prof. José Manuel Viegas. Ele próprio o dissera e o Secretário da Mesa com certeza não o deixaria mentir. -----

----- Do ponto de vista da credibilidade política do Executivo Municipal, quando não havia projecto político, essa credibilidade reduzia-se a nada e era por essa razão que o Senhor Presidente da Câmara, apesar de não pôr em dúvida a sua honestidade política, estava incomodado com a crise política vivida na Câmara. O Senhor Presidente da Câmara sabia muito bem que a necessidade de credibilizar a acção política da Câmara exigia uma orientação concreta e uma linha de rumo que se mantivesse permanentemente ao longo da acção executiva da Câmara. -----

----- A linha de rumo da Câmara não existia. A Câmara navegava ao sabor de planos de pormenor, ao sabor de trapalhadas, herdando aquilo que de pior o anterior Presidente da Câmara, era o Prof. Carmona Rodrigues na altura o Vice-Presidente, tinha em relação à Câmara de Lisboa. Trapalhadas que levava para o Governo, trapalhadas que deixara na Câmara Municipal, trapalhadas que o Senhor Presidente da Câmara andava a tentar gerir. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara sabia que a gestão de trapalhadas era muito complicada, como por exemplo explicar o buraco financeiro que a Câmara tinha e explicar como é que tinha a maior dívida do País e o Vereador Fontão de Carvalho continuava a ser Vereador das Finanças da Câmara de Lisboa. Era uma coisa absolutamente incrível. Uma pessoa que era responsável de um pelouro que levava a Câmara à falência, continuava a ter a mesma autoridade política como se tivesse endireitado a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Quando não havia projecto, o problema estava na equipa e se fossem ver, independentemente da competência técnica do Senhor Presidente da Câmara, se fossem ver a competência de alguns dos Senhores Vereadores, não estando em causa a sua honestidade política, os factos estavam a demonstrar a saciedade que a equipa não tinha capacidade para levar para a frente a Cidade e para responder às expectativas e aos anseios dos lisboetas. -----

----- Por essa razão, a única solução seria eleições intercalares, devolver a palavra aos cidadãos para elegerem um novo Presidente da Câmara, no sentido de levar a Cidade e os lisboetas para a frente. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS/PP)**, no uso da palavra, disse que tinha terminado a sua intervenção anterior referindo a sua esperança de que a intervenção do Senhor Presidente abrisse o caminho de esperança que o CDS, apesar de tudo, ainda pensava poder existir para garantir a governabilidade da Cidade. No entanto, no que dizia respeito especificamente ao CDS, a intervenção do Senhor Presidente não fora no bom caminho. De facto, não teria que haver nenhuma referência ao CDS, porque a questão fundamental era saber que caminho haveria para o Executivo da CML, mas ainda assim havia um direito que assistia ao Executivo de criticar a oposição, era das regras democráticas. -----

----- No entanto, o Senhor Presidente referira que o CDS tinha tido um comportamento incorrecto, porque tinha recusado uma coligação na Assembleia Municipal, quando aparentemente estava tudo à espera que assim fosse. Ora, isso não

era verdade, porque o que tinha acontecido era um acordo de incidência no Executivo da Câmara para garantir a governabilidade, entre o Senhor Presidente e a Vereadora Maria José Nogueira Pinto. Aliás, era isso que na nota de imprensa se dizia, no essencial em 3 pontos, quais as grandes áreas de incidência e de repartição de responsabilidades que a Vereadora iria assumir. Por exemplo, no ponto 3 aparecia o papel que a Vereadora Maria José Nogueira Pinto iria ter na redefinição do papel da CML na UCCLA e, quando se tinha implementado o acordo, a UCCLA fora esquecida. Poderia chamar-lhe um incumprimento do acordo. Ainda assim, o CDS tinha achado por bem garantir a governabilidade. -----

----- Além disso, tinha sido deselegante, no mínimo, a referência à figura do Dr. Ribeiro e Castro, que não era membro da Câmara nem da Assembleia Municipal e alguma conversa que pudesse ter tido fora com certeza como homem livre e, como muito bem dissera o Senhor Presidente, como amigo de infância. A verdade era que o acordo tinha sido celebrado entre o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora e, portanto, evocar o nome do Dr. Ribeiro e Castro era no mínimo inútil. ---

----- Em relação à Assembleia Municipal, recordava mais uma vez que os órgãos eleitos em Lisboa tinham a sua autonomia e as suas funções, obviamente com comportamentos que politicamente eram diferentes. A Câmara Municipal e os Vereadores tinham determinadas funções, determinadas responsabilidades, a Assembleia Municipal e os seus Deputados tinham outras. Era bom esclarecer isso, porque tinha ficado a ideia que os elementos da Assembleia Municipal tinham atraído um qualquer acordo, mas não tinha havido traição a qualquer acordo, porque não tinha havido qualquer acordo envolvendo a Assembleia Municipal e o PSD poderia confirmar essa situação. -----

----- Tinha havido um acordo de incidência para a governação da Câmara, ponto final. Se tivesse que haver algum acordo na Assembleia Municipal seria tratado entre os membros da Assembleia Municipal, o que não tinha sido o caso. Portanto, era uma incorrecção, para não dizer outra coisa. -----

----- Outra questão levantada pelo Senhor Presidente e que lhe parecia também preocupante era dizer que a sindicância tinha sido contestada e negada por toda a gente na Câmara Municipal, aparentemente querendo dar a sensação de que havia algum medo que a sindicância fosse comprometer toda a gente. Não era nada disso. A sindicância era, segundo o que tinha conhecimento, uma mera informação verbal. Não se sabia como iria ser feita, qual o despacho que a ordenara, não havia elementos. Se quisessem dar esses elementos, o CDS agradecia imenso, gostaria muito de saber como se iria processar essa sindicância, que objectivos teria e que resultados pretendia obter. -----

----- Obviamente, ficava preocupado quando se utilizava uma sindicância como arma de arremesso e não se percebia minimamente se essa sindicância iria ter efeitos, se tinha sido verdadeiramente lançada, se tinha condições para produzir os efeitos pretendidos, que era esclarecer a verdade. Se assim fosse, que viesse a verdade ao de cima, que o CDS não tinha qualquer problema. Agora, assustarem com uma

sindicância, dizendo que não se concordava com ela e lançando o anátoma de alguma suspeição, isso é que não, obrigado. -----

----- Em relação á acusação de que o CDS contribuíra para a instabilidade, o Deputado Municipal Saldanha Serra tinha referido que a oposição criava instabilidade e ao mesmo tempo, contrariando essa afirmação, dizia que a Câmara não tinha qualquer instabilidade, porque, desde que a coligação terminara por iniciativa do PSD, nenhuma proposta essencial tinha sido reprovada. -----

----- Tinha sido claramente explicada a razão do voto que viabilizara o Orçamento na Câmara Municipal, que era para garantir a governabilidade e garantir que o PSD, o Senhor Presidente e o Executivo da Câmara levavam por diante as suas responsabilidades, para as quais foram eleitos, como muito bem tinha dito o Deputado Municipal Saldanha Serra e vinham dizendo todos os Deputados Municipais do PSD. Era um mandato do PSD e era isso que tinha levado o CDS a viabilizar o Orçamento, no sentido de responsabilizar o partido que tinha que governar. -----

----- Tinha-se dito também que nenhum partido da oposição tinha um projecto de ideias. Não falava pelos outros, cada qual que falasse por si, mas perguntava o que era o Projecto da Baixa-Chiado. Era um projecto que tinha sido aprovado por unanimidade, toda a gente lhe reconhecia virtudes e com certeza também alguns defeitos, era um projecto que estava agora em discussão. Portanto, a quem dizia que o CDS nunca contribuíra para a governabilidade da Câmara, que o CDS era um factor de instabilidade, só podia dizer que não era nada disso. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que não havia casa-descasa com o CDS, não viesse levantar problemas sentimentais entre os partidos. O divórcio fora o que fora, tinha os culpados que tinha e nem isso agora interessava, cada um seguia a sua vida. Não havia casa-descasa, a não ser que tivessem visto algumas demonstrações de afectividade das quais não tivesse conhecimento e que lhe parecia não existirem. Se existiam, que lhe dissessem, para haver cuidado com essas demonstrações de afectividade. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que a Assembleia Municipal de Lisboa reunia hoje para proceder a uma reflexão e debater o actual momento do Município ou, mais exactamente, a situação da Câmara Municipal de Lisboa. Era, portanto, o debate que, face às circunstâncias, se impunha, e por isso também o requeriam. -----

----- No entendimento de “Os Verdes”, o clima de suspeição que se instaurara no seio do executivo camarário devia-se sobretudo, mas não exclusivamente, às investigações judiciais que estavam a decorrer, em virtude de suspeitas de irregularidades e cujo alcance não era ainda conhecido. -----

----- Para “Os Verdes”, ao que se estava a passar, também não era alheia a opção em continuar com práticas ou políticas do anterior mandato. O mandato que assentava em projectos urbanos de duvidosa razoabilidade, como o Túnel do Marquês, o mandato que nos primeiros 8 meses de gestão reabilitava o Parque Mayer e o mandato que procedia a avaliações de terrenos dispensando os instrumentos que permitiam saber se esses terrenos eram edificáveis e em que moldes. -----

----- E se não se tratava de uma opção, então teriam que concluir que tinha faltado capacidade para sacudir essas políticas e rasgar outro caminho. -----

----- Então tinha faltado capacidade ou coragem política para cortar com as práticas do anterior mandato, como fosse o recurso aos índices máximos de edificabilidade admitidos para cada projecto, ou a perversão dos processos urbanísticos, como o Vale de Santo António, onde a venda de um lote de terrenos e respectivos direitos de construção, colocados a concurso pela EPUL, permitiram ao comprador num único dia, fazer uma mais-valia de 450 mil euros; ou os Planos de Pormenor, no mínimo estranhos como o Alcântara XXI, ou a transformação das regras excepcionais em regra geral, como sucedera com a Lismarvila, ou ainda as duvidosas alterações simplificadas do PDM que tinham permitido a especulação imobiliária por toda a cidade.-----

----- A tudo isso acrescia o fim da coligação e a consequente perda da maioria no executivo, com o envolvimento de Marques Mendes numa nomeação de Câmara. -----

----- Por fim, o acentuar do descontrolo da situação financeira do Município, com um aumento da dívida em cerca de 10 vezes mais. -----

----- Foram, portanto, a seu ver, todos esses factos que contribuíram para se chegar ao estado de descrédito generalizado em que se encontrava o executivo camarário, mas com o processo dos terrenos da Feira Popular e do Parque Mayer a merecer, naturalmente, a maior fatia de responsabilidade. -----

----- E sobre essa matéria seria útil reafirmar hoje, aquilo que a seu tempo tinham dito. Do ponto de vista de “Os Verdes”, a CML não devia ter avançado com o negócio dos terrenos da Feira Popular e do Parque Mayer sem a prévia aprovação dos Planos de Urbanização para a Avenida da Liberdade e zonas envolventes e do Plano de Alinhamento e Cérceas da Avenida da República: só esses instrumentos permitiam uma avaliação real do valor dos terrenos. -----

----- Também, do ponto de vista de “Os Verdes”, a Assembleia não concedera nenhum direito de preferência sobre a aquisição dos terrenos remanescentes da Feira Popular, tão só porque a Assembleia não votava nem tinha de votar ofícios ou qualquer correspondência dirigida ao Presidente da Câmara, e o mesmo ofício não fora votado em Câmara, nem fazia parte da proposta. -----

----- Aliás, perante o que o Sr. Presidente da Câmara hoje tinha feito, acenando com uma carta, tinha quatro desafios a fazer ao Sr. Presidente: -----

----- Sabia, porventura, o Sr. Presidente, quem era o destinatário dessa carta da Bragaparques? Era o Senhor Presidente da Câmara. Podia pedir à Mesa para fazer depois chegar uma cópia. -----

----- E sabia indicar qual o artigo do Regimento que atribuía competências à Assembleia Municipal para discutir ou aprovar ofícios ou outra correspondência da Câmara Municipal? Nenhum. -----

----- E sabia dizer quando é que esse ofício da Bragaparques fora objecto de discussão na Câmara, quando é que fora votado? Não, porque nunca fora votado. -----

----- Porque é que a Bragaparkes fora o único concorrente da hasta pública a solicitar esclarecimentos relativamente ao direito de preferência? Porque também não estava muito certa desse direito. -----

----- Era um processo que os órgãos judiciais, a seu tempo, avaliariam, mas que mostrara que tinha sido necessário a Bragaparkes solicitar esclarecimentos à Comissão de Hasta Pública para que os outros concorrentes tivessem conhecimento, tardio, do seu direito de preferência, para “Os Verdes” inexistente. Se não tivesse sido o pedido de esclarecimento da Bragaparkes, os outros concorrentes só teriam conhecimento do direito de preferência no fim da hasta pública, o que ainda ontem tinha sido confirmado pelo Senhor Director que presidira à Comissão de Hasta Pública. -----

----- À Bragaparkes deviam pelos menos o mérito de ter contribuído para acrescentar um pouco mais de transparência ao processo. -----

----- E à Empresa Joaquim Gomes deviam agradecer o facto da Câmara Municipal ter encaixado nessa hasta pública mais 5 milhões de euros, já que se resolvesse fazer como fizeram as duas empresas que apresentaram os valores mais altos, a CML alienava o terreno por 57 milhões de euros e não pelos 62 milhões. Aparentemente, a Câmara não tinha perguntado nada a quem desistira, a esta também não perguntaria. Bastaria que a Joaquim Gomes tivesse desistido e a Câmara perderia mais 5 milhões de euros. -----

----- Mas o processo do Parque Mayer começara mal e mal continuava. -----

----- A CML tinha ficado proprietária do Parque Mayer em Agosto do ano passado; meio ano depois o parque de estacionamento continuava a ser explorado pela Bragaparkes e pelo que se sabia sem pagar 1 cêntimo à CML. A que título? Porquê? Quanto representava meio ano de pelo menos 100 lugares de estacionamento? Era melhor o Senhor Presidente preparar uns trocos para, quando fosse ao Parque Mayer, propriedade da CML, pagar na entrada à Bragaparkes, sem ninguém perceber porquê. -----

----- Depois, as rendas dos inquilinos do Parque Mayer referentes a Agosto e Setembro do ano passado foram pagas à Bragaparkes, apesar do Parque Mayer já estar na posse da CML, porque esta não se dignara comunicar atempadamente que a partir de Agosto era proprietária e portanto deveriam passar a pagar à CML as respectivas rendas. -----

----- Por fim, a CML aceitara o Parque Mayer sem que a Bragaparkes libertasse ou resolvesse os problemas das pessoas que exploravam os restaurantes. Ficara-se a saber ontem pelo Sr. Director Municipal dos Serviços Centrais que a Bragaparkes se comprometera a pagar eventuais indemnizações para libertar os espaços, quando houvesse projecto e quando fosse necessário demolir. Eventuais encargos que, atendendo ao estado dos prédios onde se situavam os restaurantes, seriam, já se via, da responsabilidade da Câmara. -----

----- Era a defesa do interesse público, com base no osso e na carne, no brinde e na fava. -----

----- O Executivo estava, de facto, a viver maus dias, era verdade! Mas pior estava, certamente, Lisboa! -----

----- O Sr. Presidente, como dizia Pacheco Pereira, “deve ter a consciência de que o PSD, até hoje, na Câmara, só fez asneiras...” e essas asneiras, agora diziam “Os Verdes”, estavam na origem dessa situação, da qual era preciso sair, mas era também preciso que o Sr. Presidente dissesse como iria fazê-lo. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que se havia alguma forma de justificar que o Executivo tinha todas as condições para continuar a governar Lisboa, era exactamente a Assembleia Municipal, a forma como a Assembleia estava a ser conduzida, a forma como a Assembleia, por parte de quem requerera inicialmente, estava a conduzir. Demonstrava à sociedade que não havia a mínima razão, quer em termos de Assembleia Municipal, com uma maioria absoluta, quer em termos do Executivo Municipal, que tinha exactamente a mesma composição com que fora eleito, quer em termos das acções desenvolvidas pelo Executivo Municipal, que foram elencadas sumariamente pelo Deputado Municipal Saldanha Serra e que de facto não tinham comparação com aquilo que se fazia no passado. -----

----- Ninguém sabia onde é que as averiguações do Ministério Público e da Polícia Judiciária iriam conduzir, podiam não conduzir a nada. Esperava que fossem rápidas e conclusivas e saudava a ex-Vereadora Gabriela Seara pela sua coragem, pela sua firmeza, por aquilo que lhe reconhecia de honestidade e que sempre prestara esclarecimentos profundos e permanentes sobre todos os processos, alguns que nem competia a ela defender porque vinham do passado, mas sempre estivera na primeira linha a justificar, com os seus assessores. Portanto, merecia-lhe todo o respeito e fazia votos para que passasse rapidamente o infeliz momento. -----

----- Quanto à matéria de facto, o Bloco de Esquerda dizia que a Câmara não tinha agido suficientemente em relação à Escola D. João de Castro. Tinha havido uma moção contra o encerramento da Escola. -----

----- Dizia que em relação ao Projecto de Mobilidade do PDM o Prof. Viegas não tinha tido orientação, mas o Prof. Viegas era um grande expoente na área da mobilidade, que naturalmente fizera o seu trabalho e entregara à equipa do PDM, que o tinha discutido. -----

----- Estava na Assembleia Municipal quando o outro PDM fora discutido e nem um quinto das acções foram desenvolvidas como estavam a ser agora, nem um quinto da abertura tinha sido feita nessa oportunidade. A revisão do PDM estava a ser agora muito mais discutida do que a primeira, que era a mais importante exactamente por ser a primeira. -----

----- Já agora, em relação àquilo que eram as responsabilidades de muitos dos desmandos a ser feitos em Lisboa, perguntou quem tinha aprovado o actual PDM. Tinha sido o PCP e o PS, o PSD tinha votado contra e era esse PDM que por exemplo, segundo os técnicos municipais, permitia a edificabilidade do Parque Mayer a que chegaram. -----

----- Perguntou quem tinha utilizado as normas provisórias em cerca de 10 ou 12 planos de pormenor para fazer os maiores desmandos na Cidade. Quem tinha

descaracterizado a Av. da República? Tinham sido o PS e o PCP, coniventemente, e na altura não tinha visto ninguém estar contra os índices de construção do Cinema Tivoli, ou contra o Saldanha, ou contra o Éden. O PS e o PCP tinham votado a favor desses desmandos. -----

----- Perguntou quem tinha descaracterizado a Fontes Pereira de Melo, à base de um PDM e de planos de pormenor que só serviram para, através das normas provisórias, fazer os maiores desmandos na Cidade. -----

----- Estavam tão preocupados com o Parque Mayer, mas o PCP tivera a reabilitação urbana durante 12 anos e fizera praticamente zero, toda a gente dizia, não era só o PSD. Perguntou porque é que o PCP não tinha exigido um plano de pormenor na altura da aprovação do PDM. Se o tivesse exigido, já os índices que agora o PDM concedia seriam outros, se calhar menores e se calhar já não havia razão para a discussão. -----

----- O problema do Parque Mayer tinha começado 30 anos antes, quando se verificara a morte do Parque Mayer por força da morte do teatro de revista. Toda a gente tinha querido resolver o Parque Mayer, desde o Dr. João Soares ao Eng^o. Abecasis, ao Dr. Jorge Sampaio. Todos tinham arranjado planos, com mais ou com menos volumetria, mas o que tinha mais volumetria era a proposta do Dr. João Soares, mais 30 mil que a actual. -----

----- Se toda a gente tinha querido, a pergunta que fazia era porque é que não tinham resolvido, porque é que não fizeram um plano de pormenor, porque é que inviabilizaram permanentemente a resolução, porque é que, por exemplo, o Dr. Jorge Sampaio tinha ficado tão incomodado quando o problema encontrara a solução ideal. Porque a solução ideal, e já o dissera várias vezes, era ter um casino no centro da actividade lúdica e recreativa que era o parque Mayer, era a forma de revitalizar a Av. da Liberdade, de dar vida àquele espaço. Se calhar ficava tudo resolvido, mas tinha sido inviabilizado por toda a gente, porque o que estava em causa não era resolver os problemas da Cidade, o que estava em causa era fazer aqueles números que estavam a ser feitos pelo PEV, pelo BE, pelo PCP e de alguma forma pelo PS. -----

----- Esqueciam-se era das suas próprias responsabilidades, esqueciam-se do que tinha sido feito no Casal Ventoso. Recordava-se que o Deputado Municipal Carlos Marques, defendendo uma intervenção imediata sem qualquer plano no Casal Ventoso, dizia que era a única forma, estava nas actas da Assembleia, de resolver um problema de um camarada seu da UDP na altura, a quem chovia em casa. Por causa de um camarada da UDP fazia-se uma intervenção que era completamente ao arrepio das normas urbanísticas mínimas. Era isso que tinha sido feito. -----

----- Em relação ainda ao Parque Mayer e àquilo que vinha sendo discutido, queria dizer que a proposta da comissão que propusera a aprovação do Parque Mayer tinha sido aprovada com os votos do PSD, do PS e do BE e com os votos contra do PCP por não haver plano de pormenor. Se não havia plano de pormenor, a culpa era também do PCP. -----

----- Era preciso relembrar a história e a primeira proposta aprovada pela compra do Parque Mayer fora recusada pela Sociedade Parque Mayer, depois de aprovada na

Assembleia, porque a Câmara tinha enviado para a Assembleia sem a concordância da Sociedade. Era o próprio Vereador Vasco Franco, e por isso louvava o seu papel importante na aprovação do projecto, que lembrava em sessão de Câmara que era essencial a Parque Mayer dizer se estava ou não de acordo e só podia estar de acordo depois de aprovada a proposta, porque antes não podia estar de acordo com nada, para que essa informação chegasse a tempo de vir à Assembleia Municipal. Fora o Chefe de Gabinete, Fernando Ribeiro Rosa, que, por ordem do Senhor Presidente, tinha enviado essa carta para a Assembleia Municipal. Não havia outra alternativa, porque sem se saber as condições não se podia depois chegar à conclusão de que a Parque Mayer podia vir a recusar a proposta. -----

----- Consultando as actas da Assembleia Municipal, havia, por exemplo, um Deputado Municipal do PCP, Martinho Baptista, que em 17 de Maio de 2005 lera um documento onde dizia o seguinte: -----

----- “Os últimos dias têm sido marcados, no que concerne às questões políticas, por várias intervenções e entrevistas de anunciados candidatos à Presidência da CML. Uma das questões que tem marcado de forma evidente é o processo do Parque Mayer, afirma agora um dos candidatos, e é um caso para o Ministério Público. -----

----- Lembrou-se este candidato, que se diz independente mas é filiado no MPT e agora também integrado no BE... este arauto aceita o apoio do BE na sua candidatura e esquece-se que aquele partido também viabilizou nesta Assembleia um negócio inaceitável e fartamente lucrativo para os privados, que numa penada ganharam mais de 40 milhões de euros, sem nada fazerem. -----

----- O mesmo candidato, em entrevista ao Jornal Independente de 13 de Maio, vai ao cúmulo de equacionar, e bem, o candidato do PS sobre a solução que tem para o Parque Mayer, o mais caro jardim do mundo.” -----

----- Dizia então o senhor candidato do BE: -----

----- “Mas como é possível aceitar a permuta de um terreno que vale milhões, Feira Popular, por um que não vale nada, Parque Mayer? Em termos económicos, se o Parque Mayer for consignado em plano de urbanização como um jardim perde todo o valor para a construção. -----

----- Porque será que o PS aceita essa permuta? É só pela Bragaparques? É por causa do que as pessoas dizem, que o Bragaparques é o financiador do PS?” -----

----- Martinho Baptista perguntava então ao candidato do BE, que fizera essa afirmação: -----

----- “Questiono se a Bragaparques não é financiadora também do BE, já que este também viabilizou esta permuta.” -----

----- O clima de suspeição, infelizmente, reinara durante algum tempo, mas se havia proposta que fora discutida até à exaustão era o problema do Parque Mayer, o problema da permuta, o problema da Feira Popular. Toda essa situação tinha sido discutida durante meses e meses, eram milhares de páginas dactilografadas com discussões em Câmara e na Assembleia Municipal, de petições, de tudo. -----

----- Perguntou quem tinha enviado para o Ministério Público, para a Polícia Judiciária e para a Procuradoria-Geral da República um pedido de inquérito em relação a todas essas situações. Tinha sido a Câmara, o Executivo. -----

----- Perguntou se alguém do PCP tinha tomado a iniciativa relativamente, por exemplo ao Martim Moniz, ou ao Tivoli, ou ao quarteirão da Lapa, ou ao Casal Ventoso. Quantos desmandos não tinham sido feitos com a conivência do PCP e do PS? O que poderia o PCP alegar em sua defesa, que tivesse feito, sobre uma coisa que era fundamental e que a Cidade ainda continuava a precisar tanto? O que podia alegar em relação à reabilitação urbanística? Tivera o pelouro durante 12 anos, era muito tempo, o tempo que muitos andaimes tinham estado colocados em muitas zonas da Cidade. Toda a gente via. Agora vinham com ares de que a Câmara não tinha condições para governar porque não tinha projecto. -----

----- Havia problemas e o Senhor Presidente da Câmara tivera a coragem de vir dizer que era um problema e incomodava, mas que estava a ser resolvido nos centros onde devia ser resolvido. -----

----- A prova de que a Câmara podia continuar era que a Assembleia Municipal, democrática, dar-lhe-ia apoio para continuar. Que se deixasse trabalhar quem queria trabalhar, que se deixasse correr o tempo, esperando que os mandatos acabassem no seu devido tempo. Que houvesse eleições em 2009 e nessa altura perguntar-se-ia ao eleitorado o que pensava acerca do mandato do actual Executivo. -----

----- Já tinha sido a segunda vez em que pensavam que era “trigo limpo” e perderam. Não havia duas sem três. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, disse que a crise política em que se encontrava presentemente a actual maioria PSD vinha somar-se à gravíssima situação financeira da Autarquia. Se já de si seria um exercício complexo e pleno de riscos a prossecução da actividade do Executivo num quadro de estabilidade política com a situação financeira que era conhecida, que dizer do quadro gravoso que era agora apresentado. -----

----- Enquanto eleito do PS, membro da Assembleia Municipal, tinha a obrigação de chamar a atenção uma vez mais, como tinham feito repetidamente outros membros da bancada do PS, designadamente os seus camaradas Miguel Coelho e Marta Rebelo, para a gravíssima situação financeira da Autarquia. -----

----- Não era só o PS que o afirmava, não eram só as forças da oposição na Assembleia que repetidamente o tinham afirmado. Eram Deputados Municipais eleitos na lista do PSD que tinham também suscitado preocupação e reservas com o estado das Finanças da Autarquia, nomeadamente na Comissão de Finanças. -----

----- Era preocupante o endividamento global da Câmara, a rondar os mil milhões de euros e que tinha aumentado de forma substancial desde que o PSD assumira os destinos da Autarquia. -----

----- Era preocupante o montante de 400 milhões de euros, dados de 2005, de dívidas a fornecedores, que auguravam mais um ano perdido para a Cidade de Lisboa. -----

----- Era preocupante a existência de mais um Orçamento que, tal como o anterior, assentava fortemente pelo lado da receita em alienações de património e operações de

permuta que, tal como em 2006 não se tinham realizado, nada garantia que em 2007 o viessem a ser. -----

----- Preocupava e entristecia, ao PS e aos munícipes de Lisboa, que, a exemplo do que sucedera no ano anterior, viessem provavelmente a deparar-se com uma taxa de execução orçamental francamente aquém do que a Cidade de Lisboa precisava e merecia. -----

----- A redução em dois anos para cerca de metade da fatia do Orçamento dedicado à área da acção social era uma demonstração inequívoca da falta de sensibilidade social do actual Executivo e da actual maioria. -----

----- A bandeira da reabilitação urbana, referida como a prioridade das prioridades na campanha eleitoral, não tinha acolhimento significativo no Orçamento de 2007. -----

----- Com a situação financeira caótica em que se encontrava a Cidade e com a instabilidade política incontrolável criada apenas e tão só pela maioria, era Lisboa e os lisboetas que pagavam a factura de tamanha trapalhada. Para os Senhores Deputados Municipais que pensavam que esse termo estaria afastado do léxico municipal, temia bem que o mesmo viesse a ser utilizado bastas vezes, assim se mantivesse o PSD e a actual maioria no poder. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É sempre antipático dizer perante um acontecimento: “... eu bem dizia...” -----

----- Mais ainda quando esse acontecimento é nefasto. Mas não resistimos, hoje, a afirmar: “... nós bem dissemos”: -----

----- Que as permutas são instrumentos grosseiros de gestão urbanística; -----

----- Que se deve comprar em concurso público e que se deve vender em hasta pública e que as condições de hasta pública devem ser sempre claras e publicitadas; -----

----- Que a qualidade do espaço público é da responsabilidade do município e que o uso sistemático da figura do loteamento transfere essa responsabilidade para privados e não garante essa qualidade. -----

----- “... nós bem dissemos”. -----

----- E lamentamos que a razão pareça chegar-nos, hoje por acção de uma força exterior à municipalidade, com todo o cortejo de sequelas que daí advém para a tranquilidade, prestígio e bom nome de alguns, mesmo que a verdade os venha a ilibar, porque todo o castigo já caiu sobre a cidade. -----

----- “... nós bem dissemos”: -----

----- A permuta Parque Mayer - Feira Popular e o uso do direito de preferência para o terreno sobrance, constitui a primeira explosão no terreno minado em que se tornou o território da nossa cidade. -----

----- Já explodiram outros, ou estão para explodir, sempre com grandes erupções de betão: Alcântara XXI, Torre da Boavista, Fábrica Barros, Fábrica Simões, Infante Santo, Marvila, Estefânia, mais agora a Quinta da Paz. -----

----- Fora os que não conhecemos. -----

----- Foi entendido pelos últimos executivos que construção significa desenvolvimento. Mesmo que seja encher com um condomínio fechado o sítio onde deveria estar o equipamento ou as fontes de trabalho. -----

----- E todas estas erupções ganharam celeridade em processos de licenciamento simplificados que se furtam à ponderação, enquanto a mais humilde pretensão do mais humilde cidadão estiola no labirinto da obtenção de uma simples licença de melhoria de condições de habitação. -----

----- Não nos tranquiliza a revisão que ao retardador se faz do Plano Director Municipal. -----

----- Na informação a que temos tido acesso configura-se para o futuro de Lisboa a imagem de uma cidade "compactada", é termo usado, "plena de oportunidades", é termo também usado para os que se dedicam ao negócio do imobiliário. -----

----- Peço desculpa pela fealdade da imagem que vou expor: os proxenetas do urbanismo tomaram conta do corpo da nossa cidade. Compram-no, vendem-no, maltratam-no, sacam mais valias, ganham dinheiro. Por vezes mandam vir do estrangeiro costureiros da arquitectura, que se chamam Ford, Foster, Ghery, para ganhar mais dinheiro, porque agora é só para ricos. E sentem-se no direito de ocupar os melhores sítios da cidade, as esquinas mais rentáveis. -----

----- Aproveitemos os ventos fortes que varrem a cidade, e o choque para arejar ideias e reflectir. -----

----- E aqui se põe novamente a questão: -----

----- Tem o Executivo Municipal neste mandato tranquilidade psíquica, vontade política, apoio técnico leal e eficaz, capacidade de ouvir e sente que é benquisto pela população, para quando se aproxima o ponto sem retorno, inverter a situação e salvar ainda a cidade que falece? -----

----- É a grande angústia que nos assalta. -----

----- E que só nos abandonará quando se inverter a actual política de fazer da cidade um exclusivo objecto de lucro para alguns com o beneplácito do Executivo que se afasta, cada vez mais, de nos dar a cidade, cómoda, segura e atraente que todos desejamos." -----

----- **A Deputada Municipal Ana Drago (BE)**, no uso da palavra, disse que parecia todos concordarem que hoje a Câmara Municipal de Lisboa vivia uma crise profunda. Era profunda e não apenas um momento delicado, como o Senhor Presidente dizia, o que ficava claro pelo facto de todas as bancadas da Assembleia Municipal terem concordado na necessidade de uma Assembleia extraordinária para debater a actual situação política da Câmara. -----

----- O que estava hoje em discussão, e era sobre isso que se deviam centrar, era se o actual Executivo, dado os factos que se vinham conhecendo nos últimos dias, estaria ou não em condições de continuar a dar a Lisboa um futuro melhor, se estaria ou não em condições de continuar a governar a Cidade de Lisboa. -----

----- Esperava-se ansiosamente os esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara, mas nada dissera, nada respondera quanto às inquietações das bancadas representadas na Assembleia Municipal e dos lisboetas. -----

----- Era sabido que a Câmara Municipal tinha hoje uma situação insustentável, com um buraco financeiro gravíssimo herdado devido aos compromissos de um Executivo que o Senhor Presidente da Câmara também fizera parte. Multiplicavam-se as situações que mostravam haver na CML profundas irregularidades. Para ser mais clara e utilizar as palavras correctas, havia sinais, havia investigações de corrupção na CML. Era sobre essas questões, sérias e decisivas para o futuro de Lisboa, que procuravam respostas. -----

----- O que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito era nada. Aliás, era um argumento recorrente por parte da bancada do PSD dizer que podiam parecer maus mas quem estava anteriormente era muito pior. Isso não era um argumento sustentável num debate político. Mais, tinha-se trazido para o debate alguns factos que era preciso esclarecer exactamente como as coisas e a história se tinha passado. Sobre a investigação que supostamente a CML dera início no anterior mandato, relativamente a um conjunto de factos, era preciso notar que em primeiro lugar essa investigação fora requerida consensualmente numa conferência de líderes por parte de todas as bancadas que estavam na altura representadas na Assembleia Municipal. Só em função dessa unanimidade é que o então Presidente da Câmara, Santana Lopes, tinha dito que iria enviar esse processo para investigação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tinha trazido à Assembleia uma outra ideia, que era a de haver uma sindicância em curso actualmente na CML. Então, o que pedia era que o Senhor Presidente esclarecesse totalmente a Assembleia Municipal, que mostrasse o despacho que ordenava essa sindicância e, mais do que isso, que informasse e que não sonegasse informação à Assembleia Municipal de Lisboa, dizendo quais foram exactamente os factos que o levaram a concluir que seria necessária uma sindicância na CML. Era sobre essas matérias que o Senhor Presidente tinha obrigação de esclarecer a Assembleia. -----

----- Não se tratava apenas de suspeitas, não se tratava apenas de uma cortina de fumo, como alguns tinham dito. Havia processos em investigação, havia uma Vereadora que tinha sido levada a suspender o seu mandato, tinha havido 50 agentes da Polícia Judiciária na CML e 6 magistrados, buscas a casa de Vereadores. Não se estava a falar de suspeições, estava-se a falar de processos e investigações que já estavam em curso. Era preciso saber exactamente as consequências que poderiam ter para o futuro de Lisboa. -----

----- A legitimidade do Senhor Presidente da Câmara dependia dessa ideia central, que a vontade democrática consagrada na sua eleição se mantinha durante o seu mandato. Era hoje claro, principalmente depois do debate, que o Senhor Presidente da Câmara não tinha credibilidade, não tinha condições e não tinha projecto para governar a Cidade de Lisboa. Era preciso que tivesse a coragem de devolver a palavra aos cidadãos e aos munícipes de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Vasco Valdez (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vivemos em Democracia há mais de 32 anos. É tempo de perceber que o comportamento dos agentes políticos deve pautar-se pelo respeito das instituições e dos resultados eleitorais. -----

----- É preciso que cada um de nós dê o exemplo de respeito pelo veredicto das populações que nos elegeram e de humildade democrática no reconhecimento da derrota. -----

----- Por outro lado, é bom que o nosso comportamento se pautar pelo respeito pelas instituições e pelas pessoas que exercem as funções, não procurando criar climas de suspeição generalizada, só para obter parangonas de jornal e criar ruído, sem qualquer sustentáculo efectivo. -----

----- Evidentemente, que as verdadeiras suspeitas de matéria ilícita devem ser objecto de investigação pelas autoridades competentes. O que se pede é que essa investigação se faça de forma competente, eficiente e imparcial. É, naturalmente, uma condição essencial do Estado democrático em que vivemos. Todavia, lançar, por sistema, suspeições infundadas sobre os agentes políticos como forma exclusiva de fazer política é um péssimo contributo para a consolidação e reforço da Democracia em que queremos viver. -----

----- É este o meu entendimento da nobre função de exercício de cargos públicos e é também esta a linha norteadora de acção do PSD. -----

----- Ora, o que vem sucedendo, nos tempos recentes, no que concerne à actuação de um determinado vereador da CML é, no nosso ponto de vista, ilustrativo daquilo que não deve ser a actuação de um agente político. -----

----- Lançar dificuldades em fóruns inapropriados para a discussão de matérias de natureza política, lançar por sistema a suspeição de que há situações menos claras na forma de comportamento dos vereadores da maioria ou do Presidente da CML é um modo desajustado e muito infeliz de exercer o mandato que lhe foi confiado pelo Povo. -----

----- É, naturalmente, aceitável discordar das opções políticas que a actual gestão autárquica da CML prossegue. -----

----- É, todavia, inaceitável procurar por vias indirectas atingir os fins que as urnas não lhe concederam. -----

----- Vejamos o caso paradigmático do túnel do Marquês. -----

----- A respectiva construção foi prometida pelo então candidato do PSD, Dr. Pedro Santana Lopes, no âmbito da campanha eleitoral de 2001, de forma transparente porquanto constou do respectivo programa eleitoral. Os lisboetas sufragaram tal candidatura e, conseqüentemente, reviram-se na proposta do candidato que elegeram. -----

----- Mais: em 2005 poderiam ter manifestado o seu desacordo pelo projecto em causa, bastando para o efeito não votar na lista do PSD, encabeçada pelo Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- Ora, foi precisamente o contrário que sucedeu. A vitória foi do PSD, com expressivas votações para os diversos órgãos da autarquia. -----

----- Por isso, carece de legitimidade o comportamento em causa do Sr. Vereador em procurar atingir por outros fins aquilo que não foi sufragado pelos lisboetas. -----

----- Mas mais. O que se constata é que, após longas discussões nos tribunais, a decisão conhecida foi favorável à posição defendida pelos órgãos da câmara, conforme acórdão do STA. -----

----- Entretanto, a obra esteve parada 8 meses, com todos os inconvenientes daí decorrentes para a qualidade vida dos cidadãos e produziu danos financeiros, estimados em 4 milhões de €, que vão ter de ser suportados por todos os lisboetas. ----

----- Quer isto dizer que o posicionamento político do Sr. Vereador foi desfeito nas urnas e que o entendimento jurídico do Sr. Vereador foi negado pelas instâncias jurisdicionais competentes. -----

----- Mas tudo isto com que custos para os cidadãos de Lisboa e para aqueles que aqui diariamente trabalham! -----

----- Todavia, o Sr. Vereador tem prosseguido a sua saga contra a CML e as deliberações por ela tomadas, com toda a legitimidade. -----

----- Foi assim, com o Convento dos Inglesinhos, onde por acórdão de 18.1.2007 do tribunal competente, foi dada razão à CML. -----

----- Foi assim com as obras na Rua da Madalena, em que houve três providências cautelares intentadas pelo Sr. Vereador e que foram votadas ao insucesso. -----

----- Foi assim com o processo da edificação do Hotel Ópera em que acção popular intentada foi, uma vez mais, derrotada nas instâncias jurisdicionais competentes. -----

----- Foi também assim com a queixa apresentada pelo Sr. Vereador, no que concerne à publicidade sobre o Casino de Lisboa, tendo a respectiva queixa sido arquivada, em 7.4.2006, pelo Ministério Público. -----

----- Falece, pois, credibilidade ao Sr. Vereador para continuar a pôr em causa a acção gestonária da autarquia, procurando através dos órgãos jurisdicionais obstar a que esta se concretize, tanto mais que estes têm reiteradamente denegado as pretensões do vereador em causa. -----

----- Toda esta situação faz-me vir à memória um excelente conto de Miguel Torga. Um indivíduo foi gastando o que tinha e o que não tinha para colocar processos nos tribunais, sendo certo que, na esmagadora maioria deles, nenhuma razão lhe assistia, mas o coração falou sempre mais forte do que a razão. -----

----- Já falido, ao ver raiar uma bonita manhã, disse: "Que belo dia para pôr uma demanda". Também aqui, há grandes similitudes com a situação em apreço. -----

----- Só que com uma grande diferença. No caso do conto de Torga, as consequências financeiras sobraram para o demandante. No caso de Lisboa, as consequências pesadas impendem sobre Lisboa, a respectiva Câmara e, sobretudo, os lisboetas." -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que o PS, quando pedira à Senhora Presidente da AML para se realizar a Assembleia Municipal, tinha-o feito com a intenção de se debater de uma forma franca e aberta o momento delicado, como tinha classificado o Senhor Presidente da Câmara o actual estado das coisas, a crise política, a situação de grande desconfiança e descrédito existente na Cidade em relação à Autarquia. -----

----- Infelizmente, o PSD não quisera querido discutir a crise. O PSD não quisera ir ao âmago das questões. O PSD não quisera apontar como, no seu entendimento, se podia

ultrapassar o momento, que o PS não desejava que tivesse acontecido, um momento em que estava criado um clima de suspeição, um clima de grande intranquilidade na Cidade. -----

----- O PSD tinha vindo para a Assembleia, pela voz do seu líder de bancada e também um pouco do Senhor Presidente, a querer atirar tiros para o ar, discutir em concreto o Parque Mayer, porque se tinha feito assim e não se tinha feito “assado”, misturando com situações do passado. -----

----- Em relação ao Parque Mayer, o PS tinha votado a permuta com os dados e a informação disponível que tinha na altura e à luz da envolvimento do momento, ajudar a resolver um problema crónico da Cidade e viabilizar um projecto do Arquitecto Ghery que todos sem excepção, oposição e apoiantes da Câmara, elogiaram na altura. O PS tinha-se insurgido contra a hasta pública e pedira mesmo a sua anulação. -----

----- Quanto aos factos que o PSD quisera misturar, de que tudo estava sob suspeita, o PS só tinha uma resposta, que se investigasse, não havia problema nenhum. Agora, o que o PS entendia era que o PSD tinha perdido uma excelente oportunidade para discutir os problemas da Cidade, para discutir como sair da crise, como sair do momento delicado, e fizera uma fuga em frente. -----

----- Pela última intervenção que se ouvira, seguramente muito bem estruturada, mais uma vez o PSD fugira à questão. Neste momento tinha envolvido a Autarquia num grande sarilho, por ausência de estratégia, por ausência de liderança, por ausência de autoridade política, por não ter sabido responder aos sinais que foram surgindo ao longo do mandato e que lançavam alguma intranquilidade nos cidadãos. O PSD perdera a coligação que o sustentava na Autarquia com o CDS, perdera a sua Vereadora do Urbanismo e o PS não desejava que o PSD perdesse mais ninguém, mas desejava que o PSD dissesse à Cidade e à Assembleia Municipal como iria governar, se tinha ou não condições para continuar a governar. -----

----- Não era só o PS que perguntava, mas também muitas eminentes personalidades de outros quadrantes políticos, a começar pelo próprio PSD. Já tinha citado o Dr. Dias Loureiro, o Dr. António Capucho, o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, até o Dr. Santana Lopes já tinha questionado essa matéria. Não viessem agora dizer mal do Dr. Santana Lopes, quando todos lhe batiam palmas uns meses antes. Todos punham essa questão e essa resposta ainda não fora dada. -----

----- O que o PS queria não era pedir eleições, queria era que o PSD dissesse que havia condições objectivas e subjectivas para continuar a governar e cumprir o mandato até ao fim. Isso é que era desejável em democracia. -----

----- O que o PS queria era que o PSD dissesse de que maneira ia governar e com que solução de estabilidade, que dissesse que tinha um desígnio para Lisboa até ao fim do mandato. -----

----- Não tinham muito tempo para responder a essas questões. Não por causa do PS ou, segundo julgava, por causa de qualquer outro partido, mas por causa da Cidade, que se via bloqueada e paralisada. Em democracia não podia haver bloqueios, em democracia não se podia estar parado, havia sempre soluções em democracia, nem

que fosse ir a votos. Estava nas mãos do PSD dizer se queria continuar ou se queria ir a votos. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que tinha ficado claro, pela distribuição que fora feita, que a carta da Parque Mayer Investimentos tinha sido enviada ao Senhor Presidente da Câmara Municipal após a aprovação da proposta 36 em Câmara. Era de facto por sugestão do Vereador Vasco Franco, na medida em que a Parque Mayer tinha rejeitado a anterior proposta, porque obedecia a instrumentos que não queria que fossem utilizados. Portanto, respondia dizendo que aceitava as condições da proposta 36 e era a Eng^a. Gabriela Seara, Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, que enviava ao adjunto do Presidente da Assembleia Municipal uma fotocópia dessa carta, que fora distribuída e era essa a sua função. -----

----- Nunca tinha songado qualquer documento que entendesse que tinha interesse para as matérias em discussão, mas não tinha havido nenhuma referência, nem da Câmara, nem da Assembleia, à matéria do direito de preferência. -----

----- Era grave que o Senhor Presidente viesse levantar esse problema, porque ao receber a carta como Presidente da Câmara o que lhe incumbia era analisar se na segunda parte, que era aquilo que era reivindicado pela Parque Mayer, se havia direito de preferência e então fazer uma proposta adicional à proposta 36, que já estava na Assembleia para ser discutida, a propor esse direito de preferência. Aí falhara, mas parecia-lhe que não teria falhado por ignorância, porque realmente as coisas estavam orientadas para que avançassem dentro daquele nevoeiro tremendo que fora a hasta pública. -----

----- Gostava de dizer agora aquilo que dissera o Dr. Santana Lopes numa reunião assim que tinha voltado à Câmara: -----

----- “Eu tive conhecimento de que havia um direito de preferência depois de efectuada a hasta pública, em que me foi comunicado o resultado e me disseram que ganhou a empresa tal que exerceu o direito de preferência. -----

----- Eu tinha estudado o processo todo, mas de facto este documento não estava na parte jurídica e eu perguntei: Ganhou como se teve a mesma oferta? – Porque exerceu o direito de preferência. -----

----- Eu lembro-me que na ocasião perguntei: Qual direito de preferência?” -----

----- Também estava num jornal de Lisboa, “O Público”, ainda sobre essa matéria, “Santana desconhecia direito de preferência – Atribuindo a condução de negociações com a Bragaparkes a Carmona Rodrigues, à sua Chefe de Gabinete Gabriela Seara e ao Vereador Fontão de Carvalho, o autarca afirmou que talvez por nenhum ser jurista tal não se tenha verificado. Também Fontão de Carvalho reconheceu que pode ter havido alguma falha do ponto de vista jurídico, por a existência do direito de preferência não ter sido explicitamente referida na proposta camarária, considerando que se calhar deveria estar melhor especificado.” -----

----- Eram eles que reconheciam publicamente. -----

----- Mas havia outras matérias que a Câmara deveria ter em conta e se o Senhor Presidente da Câmara vinha aqui dizer que entretanto as leis tinham sido alteradas,

então só por incúria não tinha mandado a proposta de alteração do Regulamento do Património à Assembleia Municipal. Tinha sido revisto em 1990 na Assembleia Municipal e era essa revisão que tivera em conta ao anunciar o prazo dos 20 dias. Das duas uma, ou havia alteração ou não havia alteração e, portanto, as coisas tinham que ser revertidas àquilo que tinha afirmado. Se tinha havido alteração de leis, era à Câmara e ao Presidente da Câmara que incumbia enviar à Assembleia Municipal as propostas de alteração para tornar os documentos legais. -----

----- Quería ainda ler o seguinte, acerca do direito de preferência, para que ficasse tudo claro: -----

----- “Antes de mais cabe dizer que existem duas categorias de direito de preferência de valor diferente: o direito legal de preferência, quando esta condição resulta da Lei; o direito convencional de preferência, o direito que resulta da vontade de duas ou mais pessoas que convencionam o direito de preferência a uma delas. -----

----- Os direitos convencionais não prevalecem sobre os direitos legais de preferência, não podia ser de outro modo. A vontade das partes não se sobrepõe à vontade da Lei. -

----- No caso da permuta dos terrenos municipais de Entrecampos pelos do Parque Mayer, apenas podemos assumir que as partes aleguem o direito convencional de preferência. Ora, para tal existir, vejamos os requisitos legais que teriam de ser observados: -----

----- Os contratos de preferência vêm regulados nos artigos 414 do Código Civil, sob a epígrafe «Pactos de Preferência – Considera-se pacto de preferência a convenção contrato pela qual alguém assume a obrigação de dar preferência a outrem na venda de determinada coisa».” -----

----- Ou seja, o Município de Lisboa teria que ter assumido a obrigação de dar preferência à Bragaparkes na venda em hasta pública e não bastaria a mera declaração verbal de vontades, teria que ser escrita, porque o disposto no artigo 415 do Código Civil, remetendo para o nº2 do artigo 410, exigia que “o pacto de preferência seja feito por escrito e assinado pelas partes”. -----

----- Havia mais que poderia dizer, mas se o Senhor Presidente da Câmara quisesse matéria para estudar e para analisar a situação do ponto de vista jurídico, que já o devia ter feito, tinha-o feito e podia oferecer-lhe esse material. -----

----- **A Deputada Municipal Virgínia Estorninho (PSD)**, no uso da palavra, disse que antes de mais queria reafirmar o apoio da sua bancada e o seu em especial à Senhora Vereadora Gabriela Seara, salientando o seu trabalho esforçado na Câmara de Lisboa e não esquecendo ainda o projecto de juventude para a Cidade que tinha apresentado em sede de Comissão de Educação, Juventude e Desporto e que, para o bem da Cidade e dos jovens, iria continuar. -----

----- Desejava e o PSD exigia que a justiça fosse célere nessas averiguações, para que acabasse todo o clima de suspeições que pairavam sobre as pessoas na Câmara de Lisboa. -----

----- Entretanto, não se assustassem, pois o PSD continuaria a trabalhar e a cumprir o programa que propusera quando se candidatara. Tinha o seu próprio projecto, não tinha o de outros e não tinha que governar com o projecto de outros. Era o PSD que

tinha ganho as eleições e era com o seu projecto que continuaria a trabalhar na Câmara. Não tinham que andar a fazer aquilo que a oposição queria e que o povo de Lisboa rejeitara. -----

----- Se havia uma série de situações, não tinha sido o PSD que andara a desgastar a Câmara, não tinha sido o PSD que andara sistematicamente a dizer que não se fazia isto ou aquilo. O PSD tinha continuado com o seu projecto e continuaria, apesar de ter que pagar os desmandos e muitas dívidas deixadas pelos executivos do PS e do PCP. Apesar disso o PSD, com o dinheiro que havia, com o dinheiro que a Câmara tinha, iria cumprir o programa a que se propusera perante os lisboetas e perante o País. -----

----- Custava-lhe também que o PS e o PCP tivessem agora dúvidas existenciais sobre legitimidade, credibilidade da Câmara continuar ou não a gerir a Cidade por uma Vereadora ter sido constituída arguida. A memória e coerência só era exigido aos outros, esqueciam-se da sua própria coerência. Esqueciam-se que o mandato de João Soares tinha terminado com dois Vereadores constituídos arguidos, o Senhor Vereador António Abreu e a Senhora Vereadora Margarida Magalhães. Era certo que um não chegara a ser condenado e a outra fora absolvida, isso já no mandato a seguir e estando como Vereadores da oposição. -----

----- Jamais o PSD tinha levantado uma palavra de suspeição, antes pelo contrário, tinha dado o seu apoio a esses Vereadores. Portanto, em matéria de coerência e credibilidade, não era o PS e o PCP que vinham dar lições de moral por aquilo que o PSD devia ou não fazer. -----

----- Lembrava ainda que por exemplo o Presidente da Câmara da Amadora, não queria falar nisso mas via-se obrigada, que ainda devia ser dirigente da FAUL, também tinha sido constituído arguido e ninguém reclamara eleições intercalares. Aí nem era o caso de um Vereador, era o caso do Presidente da Câmara. -----

----- Lembrava ainda que João Soares fora Presidente da Câmara sem ter sido eleito, em substituição do Presidente que fora para outro cargo. -----

----- Essa coisa de atirar pedras aos outros sem olhar aos telhados de vidro, não ficava bem, mesmo que custasse a digerir a perda da Câmara de Lisboa, tanto ao PS como ao PCP. Sabia que isso custava, era a Capital que tinham perdido, era a Capital que os recusara por todos os desmandos que tinham feito anteriormente. Logo, tinham que ir desgastando. No entanto, insistia. Era o programa do PSD que seria levado à frente, não era o do PS ou do PCP. -----

----- Quanto a um outro Vereador da oposição que se auto-denominara e constituíra inquisidor-mor da Câmara de Lisboa, que vinha atirando tantas pedras, esperava que elas não fizessem ricochete e não lhe caíssem em cima. Disparar em todos os sentidos e depois perder todas as causas já decididas, também não podia acontecer sem haver consequências e esperava que fossem os lisboetas a obrigá-lo a pagar essas consequências. -----

----- Reiterava todo o seu apoio ao Senhor Presidente da Câmara, assim como a bancada do PSD. À Senhora Vereadora Gabriela Seara desejava que a justiça fosse célere e que rapidamente a Câmara pudesse continuar a ter a sua colaboração. -----

----- Ao Senhor Presidente apetecia dizer uma coisa muito antiga e que nem era o PSD que usava: “Siga em frente Senhor Presidente, tem aqui a sua gente.” Além da sua gente, os seus eleitores exigiam que trabalhasse e continuasse o programa que se propusera realizar para o bem de Lisboa e dos seus habitantes. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egipto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, no uso da palavra, disse que não iria comentar a intervenção da Deputada Municipal Virgínia Estorninho, uma intervenção inflamadíssima, mas para não perpassar nenhuma suspeita sobre a Assembleia Municipal, a comunicação social e o público presente, dizer que o seu camarada Joaquim Raposo exercia o seu mandato como Presidente da Câmara da Amadora sem ser constituído arguido em processo nenhum. Era só esse esclarecimento que queria prestar. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que antes de fazer a sua intervenção propriamente dita gostava de lembrar o que escrevera cerca de um ano antes, quando dizia que a Gabriela Seara significava para si e para a sua geração aquilo que entendia como o dever estar na política. Alguém que tinha experimentado privado, que tivera sucesso, que levava para a frente os seus projectos e que depois viera para a política dar o seu melhor. -----

----- Esperava que a justiça concluísse as investigações e que a Gabriela Seara viesse tomar novamente o seu lugar, porque era preciso gente como a Gabriela Seara para levar para a frente a política em Portugal. -----

----- Tinha-se falado hoje muito do Parque Mayer, dissera-se muita coisa. Não tinha idade para ter vivido os tempos de *glamour* do Parque Mayer, mas tinha o privilégio de privar com algumas pessoas que o viveram, Vasco Morgado, Hélder Freire, Júlio Calçada, entre outros, que muito lhe deram e muito lhe ensinaram quando assumira a candidatura à Presidência da Junta de Freguesia de São José, do que fora e o que esperavam do Parque Mayer. -----

----- A bem da verdade, tirando o PSD aquando da candidatura de 2001, muita gente falara sobre o Parque Mayer. Citando palavras das pessoas que viveram o Parque Mayer, “muita gente se aproveitou daquele Parque para cativar votos, porque era um espaço importante para a Cidade de Lisboa, mas a bem da verdade, ninguém fez absolutamente nada sobre o Parque Mayer”. -----

----- Quem tinha feito alguma coisa pelo Parque Mayer nos últimos anos era o PSD, que pensara um projecto para o Parque Mayer e, não só pensara um projecto, como pensara que no entretanto, até à concretização desse projecto, que levava sempre algum tempo e aí uma inovação na política, porque todos sabiam que as obras e projectos eram lançados e depois demoravam a concluir, mas o Presidente de Câmara e o Executivo Camarário tinham pensado no entretanto até à obra. Logo que tomara posse do Parque Mayer, tinha pensado de imediato em animar e em devolver o Parque Mayer à Cidade, dentro das condições que eram possíveis. -----

----- Em Junho de 2006, dias 5, 6 e 7, Festival de Hip-Hop -1000 espectadores de média por dia; -----

----- Dias 13, 14 e 15 – Festival Emerge – 500 espectadores de média por dia; -----
 ----- Dias 19, 20 e 21, Festival de Jazz – 1100 espectadores de média por dia; -----
 ----- Dias 26, 27 e 28, Festival de Rotas - 1000 espectadores de média por dia; -----
 ----- Jogos do Mundial de Futebol – mais de 38.500 espectadores durante esse período. -----

----- O PSD tinha tido uma solução e, mais do que isso... -----

----- Respondendo a um aparte, disse que compreendia a preocupação dos Deputados Municipais da oposição de esquerda, porque a cultura não era só uma bandeira deles e era isso que os lisboetas estavam a ver, que a cultura era também uma bandeira do PSD e que a estava a saber tratar. -----

----- Falando de transparência, tinham organizado no Parque Mayer algo que até hoje nenhuma Câmara organizara. Falava da Expo-Avenida, relativamente ao Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente. Essa exposição permitira que ainda hoje se dirigissem pessoas à Junta de Freguesia para perceber o que a Câmara iria fazer e para estarem prontos na altura da discussão pública. -----

----- Se isso era não ter liderança, se isso era não saber escolher as políticas e cuidar do Parque Mayer, então não sabia o que seria. Não sabia o que pretendia a esquerda, nem o que tinha, mas até hoje era o PSD que o fizera, que concretizara e que estava a concretizar, inclusivamente com um projecto de futuro. -----

----- Para terminar, dizer que o projecto do PSD não tinha parado, o projecto do PSD não iria parar. Estavam 33 Presidentes de Junta da Cidade diariamente a trabalhar e continuariam a trabalhar ao lado do Senhor Presidente da Câmara para concretizar o projecto do PSD pela Cidade. Hoje continuava a escrever uma frase em todos os ofícios que mandava aos Vereadores, “Por uma Lisboa para todos”. Comprometeram-se e iriam concretizá-lo. -----

----- **O Senhor Vereador Rodrigo Saraiva**, no uso da palavra, disse que aquando da última reunião de Câmara, a primeira em que tinha estado como membro efectivo do Executivo da CML, tinha feito questão de frisar que não era um elemento novo na equipa. Entendia ser um elemento que já treinava com a equipa, que estava no banco e que, tendo em conta uma entrada mais ríspida e totalmente injusta a um elemento da equipa, houvera necessidade de entrar em jogo. -----

----- No tempo em que estivesse em funções, estaria com total empenho nas competências que o Senhor Presidente entendesse delegar. O seu objectivo era continuar o excelente trabalho que a Eng^a. Gabriela Seara vinha fazendo no Pelouro da Juventude e outros. Era preciso fazer justiça naquilo que era o trabalho que vinha desenvolvendo e custava-lhe ouvir algumas intervenções, referindo-se que não havia projecto para a Cidade de Lisboa. -----

----- Havia um Plano Estratégico Para a Juventude 2007-2009 aprovado por larga maioria na reunião de Câmara para vir à Assembleia Municipal e, na sequência dele, um projecto como “O Agarrar da Futurália”, que era o antigo projecto do Info-fórum, o Espaço Estudo no Aqua Roma, a reabilitação da residência universitária já existente na Baixa, o projecto da Casa de Estudantes em São Bento, o espaço que iria abrir em Alcântara para estudo 24 horas por dia, os novos guias na política editorial do Pelouro

da Juventude, o retomar do funcionamento do Conselho Municipal de Juventude e as novas valências do Autocarro Multimédia de Juventude. -----

----- Que contassem consigo para, tal como fora dito, terem uma Lisboa para todos. ---

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari**, no uso da palavra, disse que muito se vinha falando de crise camarária, ruído não faltava, mas até agora não se vislumbravam fundamentos legais nem objectivos para tal. -----

----- Quem defendia estabilidade para a Cidade e para os munícipes de Lisboa e pretendia promover o interesse público sabia bem que a Cidade não se compadecia com eleições todos os anos. Tinha havido um ano e pouco antes, agora voltava a haver, depois havia em 2009. Só aqueles que pretendiam desgastar e destabilizar, tornar a Cidade ingovernável, podiam defender eleições intercalares. -----

----- Fossem sérios. Todos sabiam quanto o Executivo tinha trabalhado ao longo do último ano. Ao nível da educação, reforçaram-se as atribuições e competências como nunca tinha sido feito. Tinha-se assumido como entidade promotora do enriquecimento curricular e no apoio à família. Era uma realidade o Conselho Municipal de Educação, era uma realidade que se tinha dado voz às crianças através da Assembleia Municipal da Criança. -----

----- Não era aceitável pedir que num ano se pusesse o parque escolar num brinco quando se andava 20 anos sem o conservar ou manter. Nem tão pouco viessem pôr em causa a postura e o empenho do actual Executivo perante diversos assuntos, como o Liceu D. João de Castro. Lembrava que a Senhora Ministra tinha prometido, e com certeza iria cumprir, que esse estabelecimento continuaria como equipamento educativo. -----

----- Na Acção Social tinha-se passado de uma política casuística, apostando num diagnóstico social único e apostando em parcerias efectivas e dinâmicas. Por isso havia uma rede social a funcionar. -----

----- Era um facto a criação do Conselho Local de Acção Social. -----

----- Havia hoje políticas inovadoras, globais e coerentes. Pensassem na estratégia da intervenção para as dependências. Pensassem no Plano Estratégico de Desenvolvimento Social Sustentado, que brevemente seria apresentado. -----

----- Ao nível da habitação social, quando andava muita gente nesse ruído, estava-se a trabalhar para tornar um verdadeiro instrumento de optimização e, mais do que isso, de integração comunitária. Ainda na semana anterior, mais de 87 famílias desfavorecidas do Bairro das Calvanas tinham sido realojadas e na semana seguinte haveria o sorteio do Casalinho da Ajuda para os jovens que precisassem de uma habitação. -----

----- O que Lisboa precisava era de trabalho e nisso já tinham demonstrado que havia uma estratégia e estavam de consciência tranquila. Chegava de ruído e de intranquilidade em nome de Lisboa. -----

----- **O Senhor Vereador Amaral Lopes**, no uso da palavra, disse que lhe competia a si, no normal funcionamento dos órgãos democráticos, prestar contas e sentia-se honrado por isso, mas também recordar a existência de um programa sufragado pela maioria dos cidadãos de Lisboa e quais eram os principais objectivos em relação aos

quais tinha mais directa responsabilidade para levar a efeito. Depois, como era paradigma da democracia, estar sujeito à crítica, mas também à avaliação permanente, constante e regular dos cidadãos. Era a eles que deveria sempre prestar contas e aos Senhores Deputados Municipais como seus legítimos representantes. -----

----- Nesse contexto, recordava que o programa apresentava como principais objectivos no sector da Cultura os seguintes: -----

----- Preservação, reabilitação e valorização do património da Cidade, móvel ou imóvel, sob responsabilidade directa da CML; -----

----- Criação de melhores condições de acesso ao conhecimento e à leitura; -----

----- Promover e assegurar uma oferta artística e cultural diversificada e de qualidade, adequada a uma capital europeia no século XXI; -----

----- Contribuir para a valorização de Lisboa em termos internacionais e promover a inter-culturalidade, paradigma da Cidade de Lisboa. -----

----- Nesse contexto, num breve balanço, diria que num ano algumas obras estavam realizadas e algum trabalho estava demonstrado. Desde logo, como era do conhecimento de muitas das pessoas presentes em funções, o projecto em relação ao património do Castelo de São Jorge, um projecto que se arrastava havia mais de uma década, com promessas consecutivas, com projectos consecutivos e que nunca tinham sido levados a efeito. Talvez por dificuldades conjunturais, não estava aqui para avaliar o passado, estava aqui para prestar contas pelo presente e demonstrar a estratégia para o futuro. -----

----- Estava em curso um projecto concreto, estava assegurada a sua viabilidade e o património estava de facto a ser valorizado e mais fruído pelos cidadãos. -----

----- Para além das opiniões, que todas elas podiam ser divergentes e contraditórias, existiam os resultados objectivos e os números facilmente fiscalizáveis por qualquer dos Senhores Deputados Municipais e também por qualquer cidadão. -----

----- O aumento significativo da fruição e da frequência do património estava demonstrada e assegurada, já estava feito o balanço em relação a 2006. Fora o maior aumento registado nos últimos anos, não obstante algumas alterações no ingresso daquele valioso património. Tinha-se chegado muito próximo de um milhão de fruidores e de visitantes do Castelo de São Jorge. -----

----- Par além disso, já estava assegurado com as entidades competentes todo o processo de valorização e requalificação da zona arqueológica, através de uma parceria com as entidades mais competentes do País nesse domínio, o IPA e o IPPAR, que permitiam já em Outubro ser disponibilizado a todos os cidadãos o resultado das escavações arqueológicas, para que em 2008 fosse de uma vez por todas concretizado um objectivo muito antigo de realizar o Núcleo Museológico Islâmico do Castelo de São Jorge. -----

----- Havia projectos em curso e que se tinha procurado assegurar a sua continuidade e execução. Tinha sido inaugurado o Teatro Maria Matos e assegurara-se que a sua abertura, pela carga simbólica que representava no domínio da Cultura, fosse conseguida no dia 27 de Março, o Dia Mundial do Teatro. Em pouco mais de 8 meses, mais 28 mil cidadãos de Lisboa fruíram aquele espaço. -----

----- Tinha-se reaberto o Cinema São Jorge, com as obras mínimas indispensáveis. Num espaço de 5 meses, mais de 30 mil espectadores frequentaram aquele espaço. ----

----- Desde logo estava demonstrado que o aumento da oferta da fruição cultural estava no mínimo assegurado. -----

----- Para o futuro, um projecto no domínio do acesso ao conhecimento e à leitura. Estavam já assegurados os mecanismos para que não fosse um objectivo a desenvolver a longo prazo. Neste ano seriam já abertas ao público e à fruição dos cidadãos mais duas novas bibliotecas. -----

----- Mais edição do património que se encontrava na CML. -----

----- O Museu do Design estava assegurado. Os procedimentos do concurso e da realização do conceito de arquitectura estavam em curso para garantir que em 2008, mais tardar no princípio de 2009, mais esse equipamento de valorização da Cidade de Lisboa estivesse concluído. -----

----- As novas galerias, sendo que Lisboa vinha ficando empobrecida nesse domínio, seria inaugurada já no segundo semestre do corrente ano uma nova galeria na Boavista. -----

----- O Museu da Marioneta tinha sofrido obras e permitia aumentar a oferta cultural desse sector, permitindo a instalação de uma nova colecção. -----

----- Havia outras matérias menos conhecidas do ponto de vista mediático. Ao chegarem à Câmara de Lisboa, o atraso na prestação de serviços, nomeadamente do recurso aos arquivos centrais, era de cerca de 5 meses. Um ano depois, e apesar do aumento da procura, felizmente, a maioria dos processos que já estavam digitalizados e o avanço significativo que podia ser facilmente verificável permitiam responder na maioria dos casos ao dia. Nos processos que ainda não estavam digitalizados, o período de espera tinha passado de 5 meses para 2 meses. -----

----- Para terminar, dizer que considerava ter condições para continuar a prestar, ao fim e ao cabo, a sua obrigação perante os cidadãos eleitores, cumprir o seu mandato e cumprir o programa em nome do qual fora eleito. -----

----- **A Senhora Vereadora Marina Ferreira**, no uso da palavra, disse que muito se tinha falado hoje acerca de fantasias sobre o estado da Câmara Municipal de Lisboa. Foram transpostas insinuações, foram referidas citações de fontes anónimas, próximas ou bem informadas, foram reflectidos estados de espírito, foram tentados assassínios de carácter. Entretanto a Câmara continuava e o Executivo estava ao serviço da Câmara de Lisboa e dos lisboetas, com um programa para cumprir, com medidas no terreno, com acções no dia-a-dia. -----

----- Em concreto, estava em curso a campanha de concretização dos radares da Cidade de Lisboa. Até Março estaria concluído todo o processo que viabilizava a sua implementação. -----

----- Em concreto, havia a revisão de todo o modelo de estacionamento em funcionamento na CML. Tinham-se já admitido 50 novos funcionários para a EMEL, num esforço ímpar de incentivo à boa utilização do automóvel. -----

----- Em concreto, estava-se neste momento já a preparar as novas medidas que iriam permitir limitar o estacionamento em segunda fila e o estacionamento em cima dos passeios. -----

----- Em concreto, estava em curso o concurso para o pagamento por telemóvel do estacionamento, medida que já vinha sendo anunciada na Cidade havia muito tempo. -

----- Em concreto, fora já definido o perfil para a oferta pública de admissão de novos funcionários para a CML em regime de contrato individual de trabalho. -----

----- Em concreto, havia três anos de trabalho pela frente e ao fim desses três anos estariam prontos para ser avaliados pelos eleitores da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que, curiosamente, parte do debate se tinha passado à volta de uma carta que fora dirigida, que fora respondida e que não sabia exactamente para onde tinha ido, mas gostava de lembrar que a carta de resposta à carta que fora enviada por sugestão do seu caro amigo e saudoso Vereador Vasco Franco na reunião de Câmara onde fora aprovada a proposta de permuta do Parque Mayer, essa carta tinha sido enviada para a Câmara e dessa carta se tinha enviado cópia para a Assembleia Municipal. -----

----- O então Presidente da Assembleia tinha-a despachado, remetendo-a aos grupos municipais e à Comissão Eventual de Acompanhamento, bem como à Mesa da Assembleia. Assim sendo, não podia negar que tivera conhecimento do seu teor. Por isso perguntava-se o que tinha sido decidido em relação à carta. -----

----- Parecia-lhe que haveria duas hipóteses, ou a Assembleia devolvia a proposta à Câmara, como, aliás, já tinha sucedido noutras situações, ou deliberava aceitando tacitamente as condições que a outra parte colocara para aceitar o acordo. Não tinha devolvido a proposta. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Modesto Navarro, perguntou como se podia evocar não ter tido a carta em consideração na decisão tomada. Não queria nem podia ofender a honra do Deputado Municipal Modesto Navarro, mas também agradecia que não ofendesse a sua inteligência. -----

----- Disse ainda que passava a citar o Presidente da Câmara na altura, na acta da reunião de Câmara de 27 de Julho: “considerava a hasta pública como um bom acordo para o Município, dentro do contexto em que se vivia e dentro daquilo que eram os objectivos importantes, tendo solicitado um parecer ao Departamento Jurídico da Câmara e tendo sido informado que era legítimo o reconhecimento do direito de preferência por reconhecimento tácito da aceitação das condições propostas pela empresa Bragaparques. Referiu ainda que tinha sido distribuído pelo Presidente da Assembleia Municipal aos grupos parlamentares a carta da Bragaparques, em que dizia que aceitava a transacção se existisse esse direito de preferência. Então, se a Assembleia Municipal não aceitasse essa condição, não tinha deliberado fazer a operação com a Bragaparques. Na sua opinião, a Assembleia Municipal, ao deliberar com aquela condição, aceitara tacitamente as condições postas pela Bragaparques, pois caso contrário teria que as recusar expressamente”. -----

----- Citava ainda o Deputado Municipal Carlos Marques na acta da reunião de 1 de Março: -----

----- “No uso da palavra, disse o Senhor Deputado Municipal Carlos Marques que a primeira nota a fazer pelo Bloco de Esquerda sobre a proposta era que a Assembleia Municipal tinha um valor inestimável para a Cidade de Lisboa. Estava-se hoje, então, a discutir uma proposta porque os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa tiveram a coragem, a ousadia e a firmeza de rejeitar uma trapalhada de uma proposta de um célebre Fundo de Investimento Imobiliário, onde se entregavam não só os terrenos de Entrecampos, como, além disso, um *filé mignon* do património da EPUL, que era o caso de várias dezenas de metros quadrados no Restelo. -----

----- Por isso, a primeira nota era de que valia a pena haver Assembleia Municipal e ela recusar documentos da Câmara, porque os que vinham a seguir vinham melhor e isso era bom para a Câmara, para a Assembleia Municipal, para a Cidade de Lisboa e para os lisboetas.” -----

----- Queria ainda, no final da sessão, congratular-se pela presença de todos, nomeadamente daqueles que estavam menos noutras ocasiões. Era porque davam importância à reunião e esperava também que fosse um sinal da frontalidade e da dedicação que todos deviam dar no dia-a-dia, assumindo todas as responsabilidades. --

----- Muito já tinha sido dito relativamente ao que se tinha que fazer e que havia pela frente. Não se sentia aqui sufragado por nenhuma das pessoas presentes, nem o Executivo Municipal, nem a Assembleia Municipal, nem as Juntas de Freguesia, não estavam a ser sufragados por ninguém, estavam aqui para dar a cara pelo compromisso firmado com os lisboetas no dia 9 de Outubro de 2005, perante um programa sufragado, perante um Plano e Orçamento trabalhado e aprovado para o ano de 2006 e outro para o ano de 2007. -----

----- Havia um plano de acções vasto que vinha a ser cumprido com as dificuldades inerentes a uma situação financeira a que gostavam de chamar “galopante”. Não percebia porquê, alguém gostava de hipismo, mas “galopante” não era verdade. Era preocupante, também rimava, mas não era “galopante”. Galopante tinha sido a forma como foram introduzidas nas contas da Câmara dívidas não assumidas que vieram do passado, da governação da esquerda na Cidade de Lisboa. -----

----- Estava-se a fazer a reestruturação das empresas, de que já fora dada nota nalguns casos, como por exemplo a EPUL. Já estava para agendamento a discussão pelo Executivo Camarário sobre a proposta de reestruturação da EPUL. Também já se tinha discutido a titularização das rendas para solucionar o problema da GEBALIS e também já fora dada nota ao Executivo sobre o que se estava a passar relativamente à EMARLIS, na articulação que devia ter, no seu entender, com a EPAL e o Grupo Águas de Portugal. -----

----- Não ia elencar todo o conjunto de coisas que foram feitas, como a apresentação da proposta do novo Plano Director Municipal, ou a bandeira do mandato, que era a reabilitação integral dos Bairros da Liberdade, da Boavista e Padre Cruz. Isso para além de questões de segurança que vinham sendo tratadas, nomeadamente a construção da nova esquadra da polícia para a Divisão da PSP na Alta de Lisboa, ou as instalações que se cederam à PSP, ou os radares que iriam ser uma realidade em breve, ou tanta coisa como o Plano de Intervenção no Espaço Público, ou as questões

do estacionamento, como as questões dos serviços sociais e do quadro do pessoal privativo da Câmara, como as questões da cultura, do desporto, das obras. A reabilitação urbana continuava a ser uma bandeira e uma prioridade, aproveitando a disponibilidade que a Lei das Finanças Locais actual previa para se contraírem empréstimos, que não contavam para o endividamento da Câmara se fossem destinados à reabilitação urbana. -----

----- Informou que as obras do túnel estariam prontas em Março e provavelmente iria abrir em Abril, ao contrário de outros túneis que estavam sempre a anunciar e já se estava no décimo ano de estaleiro no Terreiro do Paço, tendo sido agora adiado mais sete meses. -----

----- Também tinha a satisfação de se ter dado um contributo fundamental para que o Governo pudesse ter lançado o concurso da conclusão da CRIL, finalmente, com grande empenho e contribuição da Câmara Municipal de Lisboa. Também o Eixo Norte-Sul, com a participação da Câmara nas expropriações e no realojamento, seria uma realidade no primeiro semestre deste ano. -----

----- Citaria o actual mais alto cargo do País, que uns anos antes tinha dito “deixem-nos trabalhar”. Era ele que hoje também apoiava a atitude reformista do Governo Socialista. Podia dizer aqui hoje o mesmo, “deixem-nos trabalhar”, porque havia muito que fazer. A Cidade não podia esperar e não podia estar refém de truques palacianos anti-democráticos que queriam eleições antecipadas ou intercalares sem se saber porquê. Era um golpe anti-democrático exigir isso, quando se estava perante um Executivo firme, determinado, coeso, em linha com o Partido Social Democrata, a Assembleia Municipal e a maior parte das Juntas de Freguesia. -----

----- Estavam aqui para dar a cara e continuariam. Estavam desde o primeiro momento abertos a pactos, se assim quisessem chamar, ou plataformas de entendimento, com toda e qualquer força política que o quisesse. Não estariam dispostos a aceitar pactos de não governabilidade com ninguém. A bem da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que podia até ter ouvido mal e interpretado mal, mas interpretara que o Senhor Presidente teria dito que o ex-Vereador Vasco Franco teria solicitado, ele próprio, a carta à Bragaparques a pedir esclarecimentos em relação à preferência. Se era isso, o Senhor Presidente nessa matéria já tinha pedido desculpas públicas ao Senhor Vereador Vasco Franco. Sabia muito bem que o Senhor Vereador Vasco Franco não pedira à Bragaparques nenhum esclarecimento... -----

----- Perante um aparte, disse que admitira ter percebido mal, porque o que o Senhor Vereador Vasco Franco tinha solicitado era, antes da Câmara ter votado a permuta, que se perguntasse à Bragaparques se aceitava ou não as condições que iam ser votadas ali, porque já tinha acontecido no passado ter-se votado uma permuta e depois a Bragaparques não ter aceite. O Senhor Vereador Vasco Franco ia sendo informado pelo Senhor Presidente, oralmente, que a Bragaparques aceitava as condições. Nunca tinha visto a carta. -----

----- Como o Senhor Presidente já uma vez tinha dito isso e depois até pedira desculpas publicamente, agora pensava que tinha dito a mesma coisa e era essa a sua pergunta, para que ficasse completamente esclarecido. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que para esclarecer ia só citar um parágrafo de uma intervenção do Vereador Vasco Franco que estava na acta da reunião de Câmara: -----

----- “Eu só quero, por último, pedir ao Senhor Presidente, para não termos surpresas no final, que solicitasse à Sociedade Parque Mayer, também antes da votação na Assembleia Municipal, que expressasse o seu acordo com esta solução e que isso se apresente também à Assembleia Municipal”. -----

----- Era a citação da intervenção do Senhor Vereador Vasco Franco, que fora inteiramente cumprida a tempo, uma semana antes de ser discutida e aprovada na Assembleia a proposta aprovada em Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que tinha dirigido uma carta à Senhora Presidente onde solicitava que passasse ao Bloco de Esquerda uma certidão negativa, se existia ou não no processo da Assembleia Municipal de Lisboa, do Parque Mayer, uma avaliação de que tinha enviado cópia e de que não tinham tido conhecimento. Tinha estado na véspera a analisar o processo na Assembleia e não constava nesse processo, nem constava sequer no processo que estava em tribunal. -----

----- Também tinha sido feita uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, para que dissesse, sobre a sindicância, qual era o seu despacho e qual a dúvida que estava em causa. Uma sindicância teria que ser sobre qualquer coisa. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que no que respeitava à sua pessoa enquanto Presidente da Assembleia, o Deputado Municipal Carlos Marques tinha feito o pedido, que fora despachado no dia imediato para a Comissão, como poderia constatar no despacho e, portanto, já devia ter conhecimento disso. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais pedidos de intervenção ou de esclarecimento e esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 19 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária _____.

----- A PRESIDENTE -----